

CENAP - BIBLIOTECA
CLASS. _____

COBRA DE VIDRO

E o povo jura que a cobra de vidro é uma espécie de lagarto que quando se corta em dois, três mil pedaços, facilmente se refaz.

UMA PUBLICAÇÃO DOS CENTROS ACADÊMICOS FEI, GV E FAAP

Nº 3 — AGOSTO 1976

Cr\$ 2,00

O que sobrou do diretório acadêmico da FEI:



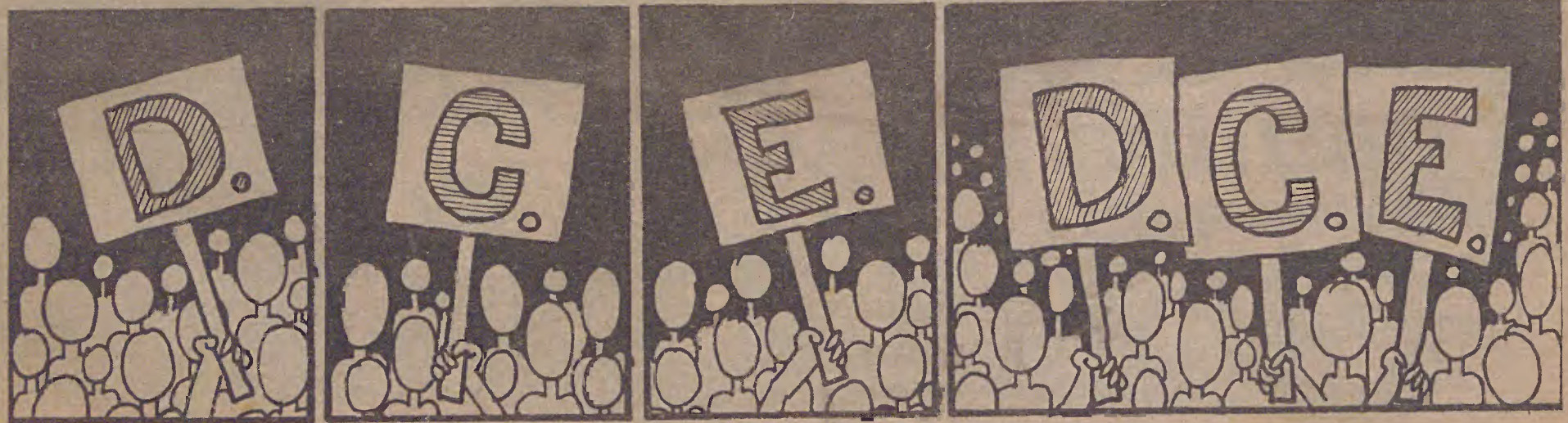
Depoimento: jornalistas falam sobre imprensa estudantil

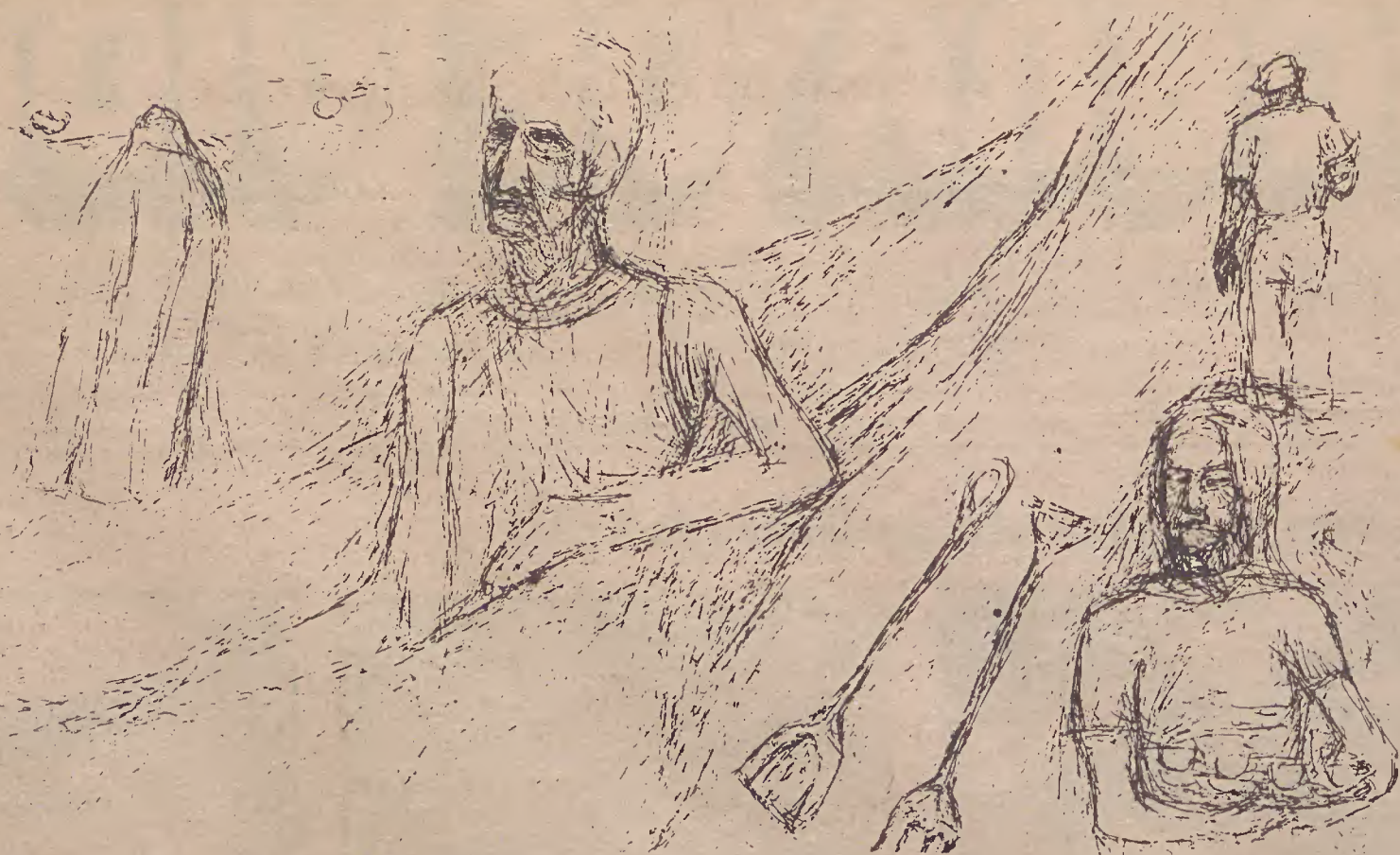
Para onde vão nossas riquezas?



Ciência pela ciência ou ciência para o homem?

Reconstruindo o DCE





O Velho Bão

Pendurou a camisa velha enxovalhada no cabide de madeira; estendeu o corpo cansado na rede emendada com tanga, que estava armada no quarto; volveu os olhos em volta, e viu as paredes velhas de taipa, o caritó no canto do quarto, as teias de aranha e, ao olhar para cima, uma réstia veio pousar no rosto cansado daquele homem envelhecido. Com o pé na parede começou a se balançar. A réstia corria pra lá e pra cá, acompanhando o ritmo mûsicado pelas cordas da rede no armador. Estava ali se balançando como uma criança o velho João, ou como era mais conhecido, o velho Bão. Pensou em assobiar alguma melodia, mas o cansaço que sentia agora, só o convidava a uma madorna. Cochilou.

Debaixo da latada, alguns trabalhadores conversavam. No Banco de aroeira estava estendido o negro Vicente, negro forte, que estava dando um dia de serviço para o velho Bão junto com outros trabalhadores. Um deitado no

chão, forrava a cabeça com a esteira do jumento. Outro batia a enxada no pedaço de trilho de estrada de ferro, arrumado na cidade, para 1 impar no baixio à tarde.

Quando o sol virou, o velho Bão despertou. Vestiu a camisa e foi para a latada esperar o café que dona Mundoca, sua mulher, estava preparando. O negro Vicente, enchia a cabeça d'água enquanto falava sobre as roças com os outros.

Dona Mundoca saiu com o café. As xícaras de louça grossa, vinham cheias. Todos tomaram. Os que fumavam fizeram os cigarros de fumo da terra e com a enxada no ombro rumaram para a roça, ainda com a barriga cheia de feijão com farinha, e a sobremesa de uma tora de rapadura. O café fazia bem. Estimulava a enfrentar o sol quente da tarde sertaneja.

Ja ano e vinha ano. Sempre a mesma lida. Quando não era a limpa, era a apanha. Quando não era a apanha era

a broca e a derruba. Depois a cerca. Se o inverno vinha, plantar. Depois limpar... E assim ia ano e vinha ano. Enquanto isso o velho Bão envelhecia, se cansava e se consumia. Estava muito velho. Tinha quase sessenta anos. A vida era dura. Por isso envelhecia logo. Um ano parecia dois. As forças se gastavam. A coragem de lutar diminuía e o trabalho cada vez mais duro. Quando era moço, nada temia. Tudo era mais fácil com a disposição de touro que tinha. Era como o negro Vicente agora. Não precisava de rede para descansar ao meio-dia.

Deitava ali mesmo no chão duro da latada. Ou até nem deitava. Ficava conversando com os companheiros, contando estórias de bichos, de caçadas de touro valente.

Valente como ele na enxada. Não respeitava mato nenhum. Nunca tinha encontrado Pai-Luis que o derrotasse. E agora velho, fraco, ainda tinha forças para contar estórias, em noite de lua

clara, sentado debaixo da latada no banco de aroeira, à boca da noite.

Não tinha forças mais para aguentar qualquer mato. A enxada se arrastava lentamente, quase num impulso próprio, para não forçar muito o velho Bão. Vivia muito fraco. Sua voz saía rouca e seus lábios balbuciavam pedaços de palavras. Nada mais lhe restava. A não ser dona Mundoca que sempre o animava: «Força meu velho, força!» Mas ele não tinha mais...

Um dia depois do almoço, o mesmo feijão com farinha, só que a sobremesa era rapadura raspada, por que os dentes não aguentavam mais quebrar a rapadura em tora, o velho Bão tirou a velha camisa enxovalhada e deitou na rede. E com o pé na parede começou a se balançar. A mesma réstia passeava no seu rosto enrugado. Desta vez não pensou em assobiar. Não pensou em nada. Queria apenas cochilar. Lá fora batia a enxada, outro falava do inverno...

O sol virou. Na latada todos esperavam o café de dona Mundoca. Só o velho Bão não estava lá. Por que não viu o sol virar. Porque não teve forças para despertar e continuou a sua madorna, para sempre.

(Zué do Ceará - Colaboração)

LEIA E DIVULGUE A IMPRENSA INDEPENDENTE

COBRA DE VIDRO

PADEIRA

VELHA PASQUIM

NEGRA

VERSUS

opinião MOVIMENTO

DOIS PONTOS

BRASIL MULHER

nós,
mulheres

GRADIAN

abcd

Toda colaboração será bem-vinda.

Participe também do COBRA DE VIDRO. Envie-nos seus artigos através dos Centros que participam ou do Centro Acadêmico Getúlio Vargas (CAAE): avenida 9 de Julho 2029.

O diretório da FEI foi destruído.

O diretório da FEI não foi destruído.

SALA DE METROS QUADRADOS. POUCA ILUMINAÇÃO, UM PEQUENO QUARTINHO. ASSIM É O DIRETÓRIO ACADÊMICO DA FEI, QUE REPRESENTA CERCA DE SEIS MIL ESTUDANTES.

Após o fechamento do Centro Acadêmico Sabóia de Medeiros — CASM, em 1969, inicia-se uma movimentação para reconstruir o que fora destruído; uma entidade que representasse os estudantes. O DAFEI nasce em 72 desta mobilização, sem um local físico que obrigasse: vivia pelos corredores da faculdade, perambulante, como bem dizia seu órgão de imprensa.

Nessa época, recém criado começava a «preocupar» os dirigentes da faculdade, pois em todo lugar onde se ia, lá estava o DA reivindicando um local para suas atividades.

Cresce o apoio; movimentos de solidariedade; discussões nos corredores, nas portas da diretoria...

Os estudantes conseguem uma sala para seu diretório.



SALA DE DOZE METROS QUADRADOS. POUCA ILUMINAÇÃO, UM PEQUENO QUARTINHO. ASSIM SE FORTALECE O DAFEI — REPRESENTANDO CERCA DE SEIS MIL ESTUDANTES.

Um mural de madeira em frente à sala conseguida. Alunos em volta. Recortes de jornais; acontecimentos do movimento estudantil.

Filmes passados nos anfiteatros, na hora do almoço que é feito às pressas, pelos corredores, no jardim chamado Babilônia, marmitas na mão...

Início de 74. Os preços exorbitantes das refeições e sua má qualidade fazem com que os estudantes se revoltam contra tal situação. Convocam uma Assembleia e decretam um boicote ao restaurante.

Ninguém entra mais neste recinto. Cartazes pela escola. Cria-se então a Comissão do Boicote encarregada de orientá-lo e divulgá-lo.

Uma semana após, o movimento é interrompido: a escola recorre a pressões externas contra os membros do Diretório. É a primeira atitude desta, contra os estudantes — que continuam mobilizados por vários dias.

Chegam notícias da Comissão de Defesa dos Presos Políticos — CDPP —, são divulgadas as prisões políticas, as torturas, os «desaparecimentos». Estudantes discutem a questão.

O Diretório Acadêmico espremido entre dois prédios — duas salas de aula —, está sempre cheio de calouros e veteranos; professores levam e trazem artigos para a revista do Diretório.

«Nesta sala a gente faz de tudo: desde carteirinhas para calouros até reuniões cheias de polêmica onde se discutem problemas referentes à comunidade» diz um membro do DA.

AUMENTO DE ANUIDADES UM GRITO, UM PROTESTO.

1975. Convoca-se Assembleias. Novas movimentação, desta vez contra o aumento. Das reuniões nas salas passa-se às assembleias gerais no jardim apelidado por Babilônia onde se reúnem cerca de mil e dois mil estudantes que discutem a questão e propõem encaminhamento de luta através do depósito

da anuidade em juízo. Cartazes, faixas com palavras de ordem, panfletos, informando os alunos sobre o andamento do movimento, que são distribuídos rapidamente pelos corredores.

O movimento cultural é intenso: «A Hora e a Vez de Augusto Matraga» «São Paulo S.A.»; João Bosco; Tarancon; Luís Gonzaga Jr; Raízes.

As Comissões de Trabalho Interno se mobilizam e descobrem «furos» que chegam rapidamente ao conhecimento dos alunos.

CRESCER A MOBILIZAÇÃO: CONTRA O AUMENTO POR UM CENTRO DE VIVÊNCIA

Paralisação das aulas. No mesmo dia param e permanecem numa Assembleia Permanente: faixas e cartazes são vistos por toda escola.

Na Getúlio Vargas acontece a Semana Latino Americana, patrocinada pela FEI, GV, SÃO FRANCISCO, e POLI. Galeano; Lucho Cavour; Tarancon.

A escola está desmoralizada perante a opinião pública, perante os estudantes. Toda mentira vem à tona e chega ao conhecimento dos alunos. É um duro golpe para a Fundação de Ciências Aplicadas: o Juiz julga a ação estudantil procedente e condena a

FCA — a ré — a multa de 10% do valor do processo. Os estudantes saem vitoriosos da luta, que ainda não está ganha. A escola não pode creditar nisto!

1976. Abril, Teatro da Universidade Católica. Pedro Casaldáliga; Balduino; Carmem Junqueira; Morte e Vida Severina; Tarumã; Quinteto Violado. É a Semana O Homem e a Terra, feita por entidades estudantis da FEI; GV; PUC FAAP; UNICAMP.

É discutido o problema do homem do campo no país; a luta do camponês contra a exploração do latifúndio; o problema camponês.

NOVO AUMENTO DAS ANUIDADES NOVOS GRITOS, NOVOS PROTESTOS



Há um avanço nas lutas. Propõe-se a formação da Coordenadoria das Escolas Isoladas que é discutida e aprovada em Assembleia Geral porém não levada a efeito devido ao grau de desmobilização dos estudantes de outras escolas. Surge a proposta de paralisação e boicote que «só seria realizada se a maioria aprovasse-na em Plebiscito Livre. (resolução da Assembleia de 28 de maio). É aprovada também a «carta denúncia» que relata o «regime policial» implantado na FEI.

Crescem as represálias da escola contra os estudantes. A «segurança» arranca cartazes e faixas; derruba o mural do Diretório. São ordens lá de cima — dizem os funcionários.

FAIXAS ENORMES PELA ESCOLA.

COMUNICADOS SÃO DISTRIBUÍDOS.

A FACULDADE ESVAZIA-SE; ESTÃO DE FÉRIAS. SÃO POUCOS OS QUE NELA PERMANECEM.

Aproveitando-se desta saída para férias a Direção da escola — sob ordens do presidente da FCA, Pde. Aldemar Moreira — envia uma carta ao DA ordenan-

do-lhe que abandonasse a sala dentro de uma semana; exigindo portanto a saída do «campus» da faculdade; exigindo que a entidade fique longe dos estudantes.

Vai-se ao MEC-Dau, ao Presidente da Fundação que deixa claro sua intenção que é de afastar o DA de qualquer maneira da FEI pois ele é «incômodo» aos objetivos da Fundação...

Quinze Centros e Diretórios Acadêmicos de SP se solidarizam com o DAFEI, através de sua participação em reuniões da Entidade, através da «Moção de Apoio ao DA FEI».

JULHO. MADRUGADA FRIA DE CHUVA. HOMENS - A MANDO DA ESCOLA - NA CALADA DA NOITE, COM MATERIAL DE ARROMBAMENTO NA MÃO INVADEM A SALA DOS ESTUDANTES; ARRANCAM-LHE A FECHADURA; ARRANCAM-LHE O TELHADO.

Amanhece. O dia é nublado numa sexta-feira em São Bernardo.

DIRETÓRIO ARROMBADO

DIRETÓRIO DESTRUÍDO

Faixas no chão pisoteadas. Silêncio, mais nada.

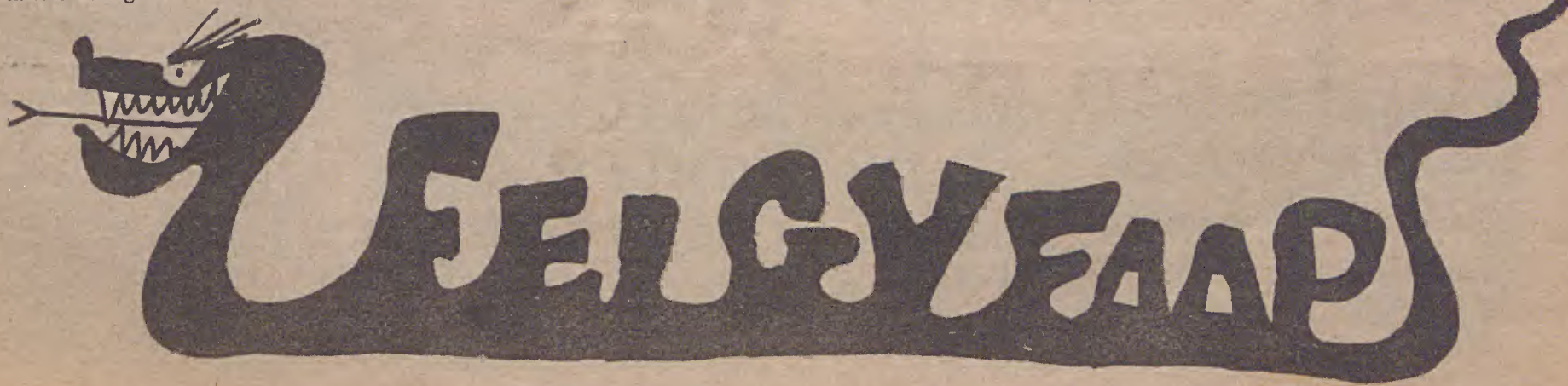
Do passado — que não está longe — apenas deixam a parede pixada: «A Universidade é de Todos». «O Diretório É aqui na FEI. Lute por Ele».



A LAMA DENTRO DO DIRETÓRIO. OS HOMENS, COMO SEMPRE, CUMPRIRAM ORDENS DE CIMA. OBEDECERAM ORDENS. RECEBERAM PARA ISSO.

Esquecem-se porém, que invadindo a sede do Diretório não o destruíram. Este existirá sempre, enquanto houver estudantes.

A SALA NÃO EXISTE MAIS, O DIRETÓRIO PERMANECE.



RIGEM AQUI TODOS OS PROBLE

«Viração» apreendido.

Estudantes perseguidos.

«Aos colegas, à imprensa:

No dia 26/7/76, foi lançado o nº 2 do jornal «Viração», sob ameaça dos órgãos de segurança à gráfica onde estava sendo impresso o jornal.

Ontem, dia 27, quando colegas nossos se dirigiam à gráfica para pegar a parte que restava (4000 exemplares) foram informados pelo dono da gráfica que o mesmo havia sido apreendido, por órgãos de segurança.

Por volta das 12 horas do mesmo dia, o colega Antonio Raimundo (da Escola de Comunicação), membro da comissão de imprensa do DCE, foi sequestrado na porta do Instituto de Matemática, conseguindo entretanto escapular do carro que ia levá-lo.

«Viração» é o jornal dos estudantes da Bahia, editado pelo DCE da Universidade Federal da Bahia. O número 1 foi lançado no auditório da escola de Direito, com a participação da imprensa baiana e nacional. O jornal é estruturado de forma a permitir a participação de todos os colegas. O «Viração», na defesa dos anseios estudantis, tem seguido na luta contra a reforma universitária, **por mais verbas para a educação, contra a elitização do ensino, em defesa de uma cultura nacional, por liberdades democráticas.**

O número que foi apreendido (nº 2) continha, entre outras, as seguintes matérias: «Tempo de Homens Partidos», que analisava a situação dos Direitos Humanos; «O Estudante e a Sobrevivência», relatando as condições de sobrevivência dos estudantes da UFBA; «O Que Acontece nas Escolas de Enfermagem da Bahia», relato das condições de ensino na UFBA e Católica; «Os Novos DCEs», informe das últimas eleições para os DCEs de diversos estudos e a abertura de debate sobre as próximas eleições para o DCE da UFBA. Além de artigos sobre as condições de ensino do CIENA, na Católica, e mais: trabalhos (poesias e contos) de colegas e professores da capital e do interior. Vale ressaltar que as escolhas dos temas foi feita a partir de uma pesquisa realizada entre os estudantes, sendo confirmada quando da distribuição do primeiro número (mil exemplares) a receptividade no meio estudantil.

A apreensão do «Viração» e a tentativa de sequestro do nosso colega, visam impedir os estudantes de debater e lutar por seus mínimos direitos.

Nesse momento, sete colegas da UnB estão ameaçados de enquadramento no nº 477 (expulsão por 3 anos da universidade). A diretoria do D.A. de Economia, eleita democraticamente pelos estudantes, continua impugnada pelo colegiado daquela escola. Recentemente o colega Fred (secretário-geral do D.A. de Economia) foi intimado mais uma vez a prestar depoimento na Polícia Federal. E o ex-presidente do DCE de Santa Catarina (Roberto João), encontra-se preso há varios meses, tendo sofrido violentas torturas físicas. Ontem, foram expulsos três estudantes da Faculdade de Economia e quatro estudantes da UnB (Brasília).

Esse quadro se constitui num flagrante desrespeito aos direitos fundamentais do Homem e às Liberdades de Manifestação e Expressão.

Nesta hora é decisiva a nossa **coesão e firmeza** na defesa dos nossos direitos.

(...) **Pela imediata liberação do jornal Viração; por liberdades de manifestação e expressão; por liberdades democráticas.**

Salvador, 28 de Julho de 1976
Conselho de Representantes da UFBA — DCE - DAs.



Os estudantes baianos não se do-
bram. Como no ano passado, com a
greve g-ral (vitoriosa) contra o jubila-
mento, estão em luta por seus direitos.

Resistido.
Na assembléia marcada, policiais
tentaram barrar a entrada dos estudan-
tes. Em vão.



ESTE É O POEIRA-13, DIFÍCIL MAS POSSÍVEL.



Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima

«Poeira» é o jornal dos estudantes de Londrina, publicação do DCE da Universidade Estadual de Londrina. Editado desde 1974, é considerado um dos melhores do gênero, porta-voz atuante da verdadeira imprensa estudantil.

No mês de julho, o nº 13 do «Poeira» estava feito, pronto para ser rodado. Entretanto, as gráficas não só de Londrina mas também de Maringá se recusaram a imprimir o jornal. Por quê?

Assim mesmo, enfrentando o boicote, nossos colegas de Londrina não

deixaram de fazer ouvir sua voz, imprimindo o jornal, em condições precárias, nas máquinas do DCE. Foi a única forma possível.

Na «Poeira» nº 13, o artigo 19 da Declaração dos Direitos do Homem:

«Todo individuo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui o de não ser molestado por causa de suas opiniões, e o de difundí-las, sem limitações de fronteiras, por qualquer meio de expressão».

Universidade S.A.

No semestre passado, a diretoria da Escola de Engenharia Manuá dirigiu ao MEC um pedido de aumento de anuidades. O aumento de 44% elevará a anuidade da escola para Cr\$ 470,00 mensais.

Procuramos encontrar a forma correta de enfrentar o problema, o Centro Acadêmico convocou uma Assembleia Geral, que apesar da importância de sua pauta, contou com a participação de um pequeno número de alunos.

A partir deste fato, a diretoria da escola, aproveitando-se da época de provas, que torna difícil uma mobilização dos alunos, resolveu punir o Centro Acadêmico suspendendo por alguns dias membros da diretoria do C.A. Esta posição já havia ficado clara numa

carta enviada ao centro quando da assembléia.

Esta punição vem engrossar a lista das medidas injustas tomadas contra os estudantes pela diretoria desta escola. Em janeiro de 1975, foi apreendido o «Manual do Calouro». Logo após, a direção tentou tirar o Departamento de Publicações do local que ocupa no Instituto Mauá de Tecnologia; no início deste ano, na época de matrículas de calouros, a escola impediu a cobrança da taxa de «bicho» e suspendeu três alunos ligados ao C.A., que auxiliavam na recepção aos calouros.

Estas medidas vêm, ainda, realçar o caráter empresarial que está tomando conta, não só da mauá, mas todas as entidades de ensino superior do país.

Cada vez mais, o aluno passa a ser encarado apenas como uma forma de obtenção de lucros, e não como um potencial humano a ser desenvolvido.

MAS TEM A MESMA ORIGEM A

Salta aos olhos de todos a grandiosidade da Universidade de Brasília (UnB). Uma única construção agrega todas as escolas do campus e segue fielmente o harmônico projeto arquitetônico de Niemeyer. Assim deveriam ser todas as universidades brasileiras: a própria arquitetura criando ambiente favorável às atividades estudantis.

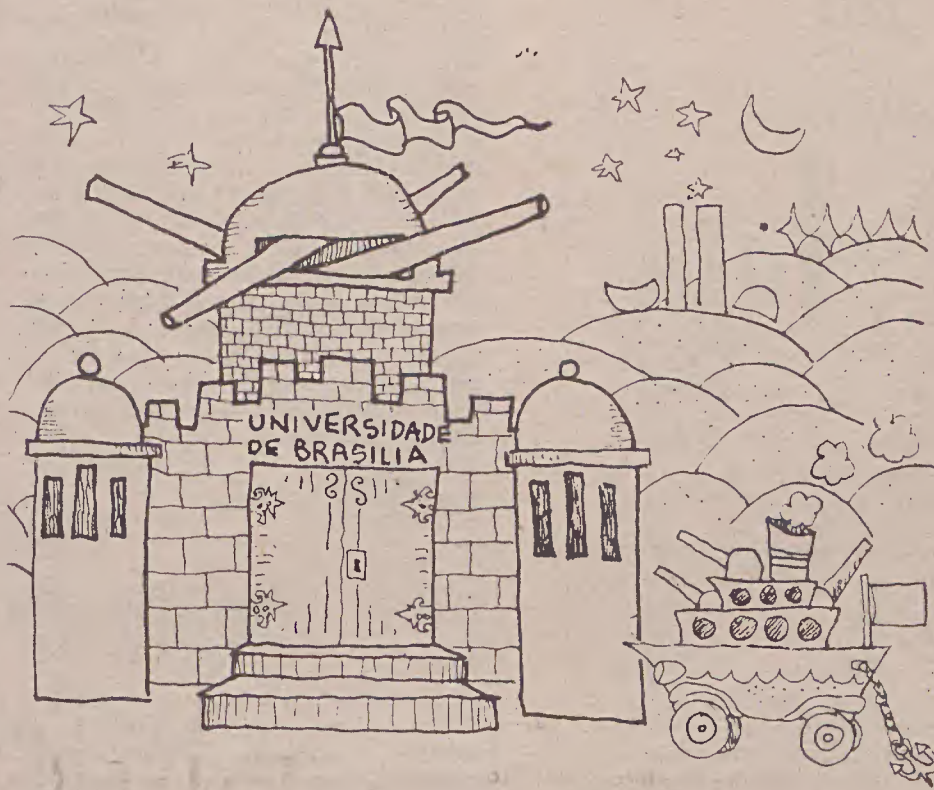
Após uma interminável peregrinação pelos corredores à procura de entidades estudantis, nada se encontra. Depara-se com o desvirtuamento de toda uma intenção. A política arbitrária e repressiva desenvolvida pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra José Carlos Azevedo, reitor «todo poderoso», como é conhecido, consegue tornar ineficiente o projeto. Baixa portarias, resoluções e instruções, já tendo chegado ao ponto de proibir a presença de alunos na universidade a partir das 18 horas. Qualquer atividade cultural, como cine-clubes, teatro e palestras, é reprimida - um exemplo disso foi a recente proibição do debate dos estudantes com representantes da imprensa nanica, mesmo assim realizado.

O jubilamento é o que mais apavora os alunos. Se não for alcançada a MGA (média de graduação), o estudante perde o semestre. Cerca de 200 jubilamentos têm se efetivado anualmente, esta situação faz com que os estudantes se debrucem integralmente sobre os livros, sem tempo ao menos de questionar a importância do que estão fazendo.

Mesmo assim, em meio a tanta pressão, desde 1973 os estudantes da UnB vêm lutando pela construção do primeiro Diretório Universitário (DU), órgão máximo de representação estudantil dentro da universidade. Este, apesar de previsto pelo estatuto, sempre teve sua organização impedida pela reitoria.

Depois de várias lutas, os estudantes conseguiram que a reitoria recuasse e

Quartel-general de um capitão-de-mar-e-guerra



marcasse para o dia 27 de maio passado as eleições do DU. Entretanto, uma semana antes, o reitor resolveu suspendê-la por tempo indeterminado. A principal acusação que fazia aos estudantes e que «justificaria» tal medida era de que as chapas concorrentes, Unidade e Oficina, estavam discutindo

e se posicionando politicamente sobre questões que atingem a sociedade brasileira atualmente, como as prisões políticas, o AI-5, a censura e o 477. E a universidade, segundo o reitor, não é lugar para isto. «Quem quiser fazer política que faça na Arena ou MDB». «Estudante é para estudar».

Os estudantes, em protesto pela ati-

tude do reitor, organizaram duas passeatas: uma que terminou em concentração em frente à Reitoria, e outra que foi do MEC ao Congresso Nacional, com a participação de aproximadamente mil estudantes. Em represália, o capitão-de-mar-e-guerra (mais para guerra do que para mar) suspendeu por até 45 dias, quase todos os componentes das duas chapas concorrentes.

Na 28ª reunião da SBPC, os alunos da UnB distribuíram um documento pedindo solidariedade aos estudantes de todo o Brasil. Esse documento transformou-se numa moção que foi apresentada na assembléia geral da entidade. Pedia o apoio da SBPC em sua luta para tirar a portaria que proibira as eleições. Foi aprovada por unanimidade, não só por estudantes, mas também pelos cientistas e professores presentes. Todos compreenderam a importância e validade da causa que estão levando os estudantes de Brasília.

O reitor-capitão, porém, não pensava do mesmo modo. Após o encerramento do congresso, ele utilizou o regimento interno e expulsou 7 alunos e suspendeu outros 12, com punições que vão de 30 a 90 dias. Aos alunos suspensos foi proibido, pelo prazo de um ano e meio, a concessão de alojamentos, bolsas ou quaisquer outros benefícios fornecidos pela universidade. Todos estes atos tiveram integral apoio do Ministério da Educação, inclusive através de pronunciamento do ministro Nei Braga.

Não foi por acaso que a reitoria escolheu a época das férias - quando os alunos se encontram desmobilizados - para aplicar essas medidas. Os acontecimentos na UnB vêm mostrar, mais uma vez, a necessidade da mobilização e da unidade dos estudantes na defesa dos seus interesses.

Monumentos, sim. Teatro, não.

Os estudantes de teatro de São Paulo, alunos da Escola de Arte Dramática (EAD) e do curso de teatro da Comunicações-USP, estão unidos em busca de solução das dificuldades que enfrentam. Em fins de junho, iniciaram movimentação denunciando o estado de abandono em que se encontram seus cursos, e o processo de extinção das escolas de teatro no país, considerado por eles como mais uma forma de cerceamento à cultura brasileira.

São inúmeros os problemas que atingem as duas escolas, indo desde a falta de instalações apropriadas para o aprendizado do teatro, até os currículos completamente desvinculados da nossa realidade, conforme documento torna do público no início de junho.

Na ECA e na EAD, chega a ser irônica a falta de lugar para estudos e a realização de trabalhos práticos: na escola de teatro, não há teatro. Nem, ao menos, uma sala onde seja possível se realizar ensaios e montagens em condições razoáveis. A situação é a mesma de, por exemplo, uma escola de química sem laboratório ou de educação física sem quadra de esporte. O quadro do abandono em que se encontram os dois cursos vai mais longe:

várias cadeiras estão sem professores, e dentre eles, são muitos os que trabalham sem contrato. O atraso nos pagamentos já virou rotina.

Ao lado disso, há o problema dos funcionários, que além de mal remunerados, são em número insuficiente para dar conta da manutenção da escola.

E tem mais: o prédio onde funciona a escola se encontra condenado pelo próprio órgão responsável pelas edificações na Universidade, o Fundusp. O estado das instalações elétricas é lastimável: não existe aparelho de som, apesar de

ter sido solicitado pela ECA há cinco anos.

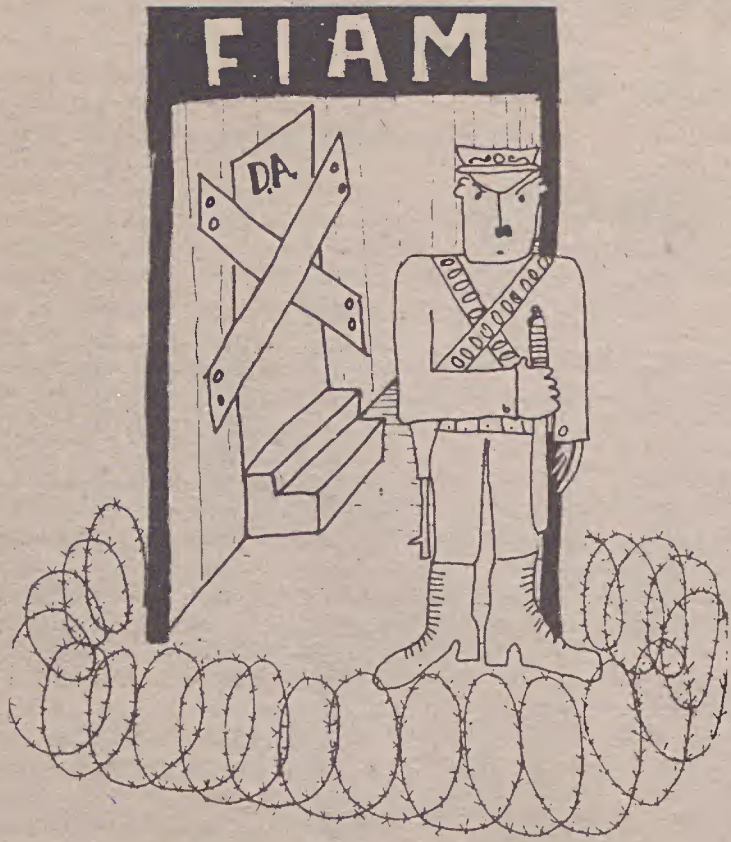
Para tudo, a Reitoria vem com a mesma desculpa: falta de verbas. De fato, para manter as condições de ensino em nível pelo menos decente, a Reitoria «não tem» verbas, porém, para a construção de monumentos como a fonte luminosa e a gigantesca «torre das ciências», nunca falta dinheiro... Assim ao mesmo tempo em que é construído no campus um anfiteatro grego (!) que até hoje não se descobriu para que serve (para teatro é que não), a verba mensal destinada a todas as montagens teatrais da ECA e da EAD é a ridícula quantia de mil cruzeiros.

Inteirando-se de que a Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia não mais está

admitindo novos alunos, restando somente aqueles já matriculados, que o Curso de Arte Dramática da Universidade do Rio Grande do Sul não mais existe, que a Fundação das Artes de São Caetano do Sul também extinguiu seu curso de teatro, os estudantes estão se mobilizando, conscientes de que o processo de extinção que ameaça seus cursos está situado num contexto mais amplo.

«Este fato - ressaltam em seu documento - não pode ser visto desvinculado de toda a situação política e cultural implantada pelo sistema vigente no país. Cabe-nos denunciar agora a censura econômica que se tornou uma importante arma política no estrangulamento das atividades artísticas e educacionais».





Um presídio chamado FIAM

Chegar até às Faculdades Alcântara Machado, (FIAM) não é tão difícil. Basta ir até o número 2180 da av. Jabaquara. Difícil é passar pela porta de vidro onde o espera uma calorosa recepção: um guarda com revólver e tudo. Aí nossa intenção de entrar não foi bem acolhida. Na rua, devido a impossibilidade de entrar sem carteirinha, colhemos algumas informações curiosas, e até humorísticas, como: existem entre outras coisas nessa faculdade, inspetores de alunos, para cuidar em dá «ordem»; o mural dos alunos é controlado pela direção da escola; também pudera, o Diretório Acadêmico foi fechado no ano passado e até agora não se conseguiu reabri-lo devido aos obstáculos e mais obstáculos impostos pela direção da escola. Ela por sua vez criou um órgão «representativo dos alunos», que é o Centro Cultural, que dividido em departamentos dispersa a organização, dificultando a unidade de luta. Além do mais, cada departamento é coordenado por um professor.

Devido ao enorme controle exercido

por parte da direção da escola, tolhendo qualquer iniciativa livre, os alunos que tentam desenvolver uma atividade cultural mais destacada, é que as FIAM se encontram num verdadeiro marasmo perante os meios universitários, sendo quase desconhecida. Mesmo assim, durante o primeiro semestre, algumas atividades culturais foram desenvolvidas como: Festivas de Desenho Animado, com apresentação de filmes e palestras com os autores; apresentação da peça de teatro «Os Iks»; filmes como «O Pagador de Promessas» e «O Caso dos Irmãos Naves» além de um «Show de Rádio» com uma equipe da rádio Joven Pan, que foi anunciado e não chegou a se concretizar.

Assim, caminha a vida acadêmica das FIAM, que a exemplo de dezena de faculdades particulares espalhadas por aí, castram por completo o desenvolvimento dos alunos, demonstrando claramente o fim para a qual foi criada: transferência do ensino gratuito para o ensino pago.

Cadopô

A Casa do Politécnico (cadopô), fundada em 1957, tinha como principal objetivo fornecer aos alunos da Escola Politécnica, vindos do interior, uma manutenção menos custosa, em local com boas condições de estudo e vivência).

Com o processo de elitização do ensino, o objetivo econômico da casa deixou de ter o caráter principal. Diminuiu sensivelmente o número de universitários sem recursos que procurava a Casa.

Passou-se, então, a dar maior importância ao desenvolvimento sócio-cultural iniciando atividades como apresentação de peças teatrais, palestras, filmes e grupos musicais. Objetivando o contato com grupos externos, outras casas de estudantes, grupos de teatro e cineclubes.

A reunião constante de 105 estudantes em torno destas atividades e dos problemas do dia-a-dia da CADOPÔ; a existência de poucas entidades aglutinadoras de estudantes e as dificuldades impostas ao surgimento de novas, aumentam a importância das casas de estudantes. A necessidade de manter e defendê-las.

A composição do quadro de moradores, apenas estudantes de engenharia, dificultaria a sua evolução, a interação com pessoas de formação e campos de estudo diferentes. Reforça-se, desta forma, a necessidade de contatos e trabalhos conjuntos com outras entidades, que viria reafirmar a CADOPÔ como mais um fator de união entre estudantes.

Apatia ou apoio ?

De um dia para o outro a Getúlio Vargas se viu cheia de cartazes que mostravam a palavra «Decisão». Nos corredores os alunos se agrupavam querendo saber o que seria «Decisão».

— «Seria um novo jornal do CAAE ? Talvez uma nova promoção de vendas as quais os alunos da GV já estão sendo acostumados ?

As eleições para o centro acadêmico da GV estavam marcadas a três meses e a chapa Decisão foi a primeira a se apresentar, esperando que outros grupos rivais lançassem suas candidaturas, como é tradicional dentro da escola.

No correr das três semanas que antecederam as eleições a chapa, Decisão começou uma campanha maciça de movimentação dentro da escola, percorrendo 34 classes e apresentando o seu programa. Durante estas visitas às classes podia-se perceber dois tipos de reações, por um lado os que viam na gestão que terminava uma atuação política inexpressiva e atribuíam à chapa candidata uma perspectiva continuísta de preocupações administrativas dada a proximidade entre elementos da gestão e os candidatos; por outro lado outros se diziam temerosos que a proposta da Decisão fosse «muito política» como em gestões anteriores mais agitadas.

Fecharam-se as inscrições sem o aparecimento de nenhuma outra chapa. Praticamente eleitos os candidatos, no entanto, lutaram pelo apoio da maioria dos alunos, expondo e discutindo a sua plataforma.

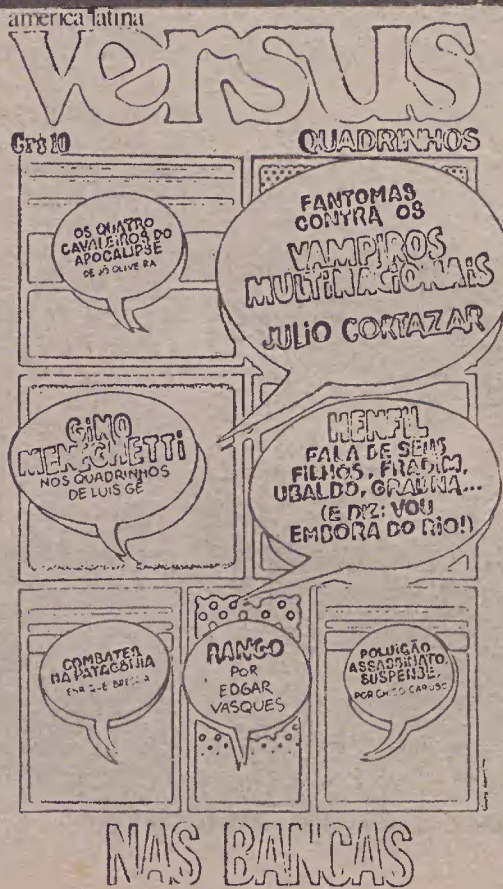
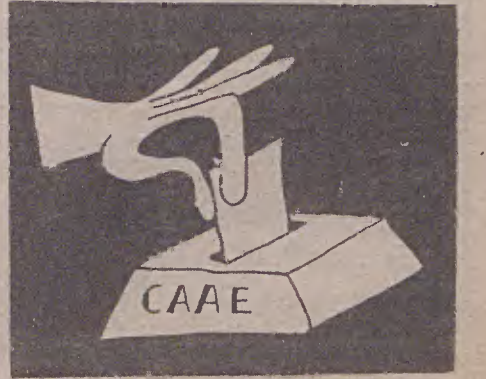
Era sentida a necessidade da chapa em esclarecer a sua condição de chapa solitária em vista da «apatia» dos grupos opositores que perderam o seu caráter de oposição dada a boa administração da chapa Base, gestão anterior. Levando-se em conta o contexto: Decisão lançou seu programa de debates dos problemas do estudante da GV, e do estudante brasileiro em geral, tomando como premissa básica o sentido político do centro acadêmico como órgão de representação estudantil. A estrutura curricular e o nível de ensino tomaram papel importante na platafor-

ma de Decisão em sua posição de interferir concretamente nos problemas existentes.

Durante a campanha, um fato que não era muito esperado ocorreu: várias classes do noturno se dispuseram a debater os diversos aspectos dos problemas que lhes eram apresentados. Uma das preocupações que mais constantemente era levantada foi a do fortalecimento dos canais de informação e debate (basicamente a Câmara Discente) afim de que o centro não tomasse decisões isoladas dos alunos e que nada de efetivo acrescentasse a não ser para os próprios membros de sua direção, sem conseguir aumentar o nível de organização das entidades representáveis. Por isso o posicionamento do C.A.A.E. em relação ao Movimento Estudantil, notadamente o DCE-USP, ponto bastante questionado deveria ser tirado através de um amplo debate dentro da escola. VOTACÃO «EM PESO»

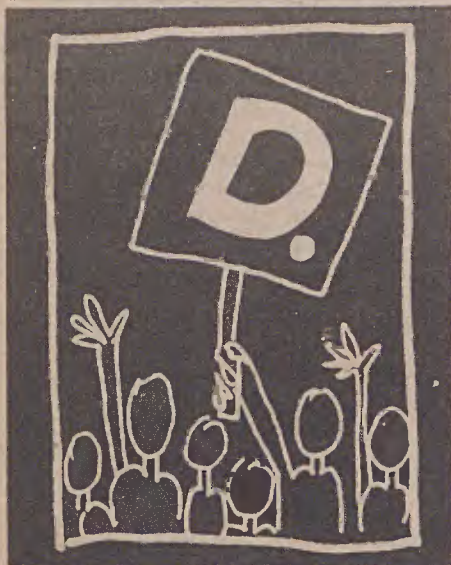
Uma campanha do tipo «anule o seu voto» existiu durante o período pré-eleição, ainda que se mantivesse muitas vezes de forma velada, uma campanha «ao pé do ouvido» do eleitor.

Apesar dos esforços dos eternos opositores a chapa Decisão se elegeu com 75% dos votos de 1700 alunos que participaram da eleição (obrigatória, pelos estatutos da escola), a maior votação obtida por uma chapa na E.A.E.S.P., nos últimos anos. Com apenas 8% de votos nulos a chapa colocou em xeque aqueles que questionaram a legitimidade e a representatividade ainda que chapa única.



Reconstruindo o DCE

Maio deste ano representou um marco no movimento estudantil. Na USP, aproximadamente 13 mil estudantes elegeram a primeira diretoria do seu DCE (Diretório Central dos Estudantes) após 1971. Resultado de um longo processo de lutas e mobilizações, a formação do DCE-Livre foi uma grande conquista, não só dos colegas da USP, como de todos os estudantes brasileiros; primeiro passo na reconstrução das entidades estudantis livres e independentes.



Doze anos de silêncio quase apagaram de nossa memória a maneira como os estudantes se faziam representar, a forma como encaminhar as suas reivindicações.

Desde o seu primeiro momento o governo tentou substituir as entidades independentes, que não apresentavam nenhum vínculo com as direções dos estabelecimentos de ensino ou com a burocracia ministerial, por outras mais «doceis». Era preciso manejar de acordo com seus interesses. Assim, os centros acadêmicos cederam lugar aos diretórios acadêmicos. Surgiram também os diretórios universitários e estaduais, organismos ligados a burocracia universitária em substituição às formas autênticas de representação que existiam — diretórios centrais e uniões estaduais. Ao mesmo tempo foi criada uma legislação, expressa através de decretos-lei como o 228, que impede a formação da união nacional (brutalmente destruída em 1968/69), além do famigerado 477.

No período de 64 a 68, à custa de pesados sacrifícios, os estudantes souberam manter de pé suas entidades, arbitrariamente colocadas na ilegalidade. Para se ter uma idéia do grau de mobilização alcançado pelo movimento estudantil na época, basta lembrar a «Passeata dos Cem Mil», no Rio de Janeiro.

Em 69, na época negra do governo Médici, ocorreu o desmantelamento de fato das entidades estudantis.

Na USP as consequências também foram nefastas. Apesar do DCE-livre ter conseguido se manter em funcionamento até meados de 1971, já não lograva atingir a representatividade anterior. Mesmo assim, encaminhou movimentos de boicote contra os altos preços das refeições, com participação quase total.

**PASSO A PASSO,
A RECONSTRUÇÃO**

Era preciso adaptar-se às novas circunstâncias. Reiniciar a luta. Após uma rápida experiência de um conselho de presidentes de Centros Acadêmicos, optou-se por uma forma mais ampla: o Conselho de Centro Acadêmicos (CCA) que funcionou de 72 a 74. Formado com o intuito de criar condições para a reconstrução do DCE, o CCA desempenhou papel importantíssimo, especialmente em seus primeiros tempos. É de se destacar sua atuação em mobilizações como a missa em memória do estudante de geologia Alexandre Vanucchi Leme, vítima dos órgãos ditos de segurança. A missa, oficiada pelo cardeal-arcebispo de S. Paulo na Catedral da Sé, contou com ampla participação, apesar da praça estar completamente tomada por forças policiais.

No entanto, sua representatividade foi se tornando bastante reduzida, consequência da desvinculação da grande maioria dos estudantes. Devido às limitações, viu-se incapaz de acompanhar os acontecimentos com a necessária presteza.

No começo de 74, a prisão de mais de uma centena de pessoas em São Paulo levou à criação do Comitê de Defesa dos Presos Políticos (CDPP). De início contava com a adesão de setores do MDB, representantes da igreja, da Ordem dos Advogados, de oposições sindicais e familiares de presos. Dois fatores contribuíram para o rápido estreitamento da base do CDPP: por um lado, apenas os estudantes estavam representados de forma massiva — aos outros setores cabia uma participação quase simbólica. O motivo principal, foi a falta de uma direção unificada para o movimento estudantil, principal base de sustentação do Comitê.

Mais uma vez, a necessidade de uma direção que centralizasse e encaminhasse de maneira unificada as reivindicações estudantis se colocava na ordem do dia. No ano seguinte, a longa greve dos alunos de Comunicações — e que acabou se transformando numa greve geral da USP pelo período de um dia — trouxe mais um paliativo para esta falta de direção: a Comissão Universitária, organismo criado com a função de encaminhar a greve e divulgá-la na busca de maior apoio. A Comissão

acabou por subsistir durante todo o ano e, apesar dos graves erros que a marcaram desde sua formação, desempenhou papel importante na centralização de movimentos posteriores, como o culto ecumênico em memória do jornalista Vladimir Herzog. A falta de definição de uma estrutura organizativa; a participação restrita a um reduzidíssimo número de pessoas e o próprio caráter artificial com que foi criada, acabaram por sacrificar as possibilidades da Comissão

Universitária, levando-a ao esvaziamento. A primeira tentativa de reconstrução do DCE-livre realizou-se em junho do ano passado. Entretanto, a pressa com que se deu este processo (encaminhado pela Comissão Universitária), decretou a falência desta tentativa. De qualquer forma, o caminho

para a reconstrução estava aberto. Era só trilhá-lo de forma correta, evitando que se repetisse os erros da primeira experiência.

ELEIÇÕES LIVRES: NASCE O DCE

O começo de 76 vem marcar novos progressos.

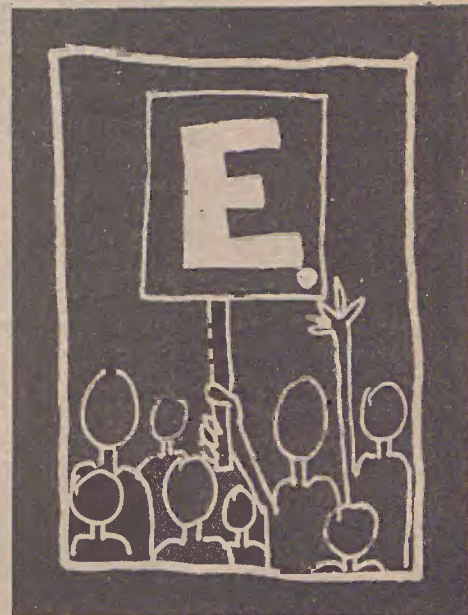
As atividades inter-escolas, como o trote conjunto, representa um importante passo na unificação do movimento. Restava, agora, a concretização do trabalho de reconstrução de entidade.

Em abril realiza-se uma Assembléia Geral Universitária que define algumas condições para o desenrolar da campanha eleitoral e marca a data das eleições.

Muitos pontos, entretanto, continuam obscuros. Na opinião de muitos parecia temerária essa nova tentativa a partir de uma Assembléia com participação reduzida: cerca de mil alunos para 30 mil matriculados e quase 20 mil que efetivamente frequentam a Universidade. Para a maior parte dos alunos da USP, não estava suficientemente esclarecido o caráter e a importância do DCE.

O grande número de chapas concorrentes (cinco) e os entevos acontecidos durante alguns debates pré-eleitorais, contribuíram para um certo ceticismo. Afinal, era quase impossível, para grande parte dos estudantes, perceber as razões que levavam a uma fragmentação tão grande — a ponto de justificar todas essas chapas. Realmente, através dos programas se tornava bastante difícil perceber as diferenças que tornavam impossíveis a conciliação entre algumas das plataformas concorrentes. Apesar dos debates, que contribuíram para esclarecer melhor alguns pontos de divergências, muita gente chegou às eleições sem ter uma compreensão clara a respeito das opções que se colocavam para o movimento estudantil. Entretanto, o processo ocorrido na USP, com as primeiras eleições de seu DCE-livre, com todos os erros e limitações, colocou perante os estudantes um quadro bem diferente da farsa eleitoral que, vez por outra, presenciamos.

Foi inegável o seu caráter profundamente democrático. Uma resposta, na prática, à opressão e ao autoritarismo que marcam todos os aspectos da vida nacional.



75% dos estudantes da USP ao votar «Refazendo», «Liberdade e Luta» ou «Caminhando», reafirmaram que o eixo principal das suas lutas segue o de todo povo brasileiro, no momento: **Por liberdades democráticas.**

É interessante notar ainda que boa parte dos votos em branco se deve à falta de clareza dos estudantes em relação às chapas, com que preferiram empenhar seu apoio à reconstrução da entidade. Não foram, portanto, votos «alienados»; representaram, antes, um aviso às lideranças estudantis e à recém formada diretoria do DCE, no sentido de buscar uma maior representatividade e a participação efetiva da maioria dos alunos no movimento estudantil.

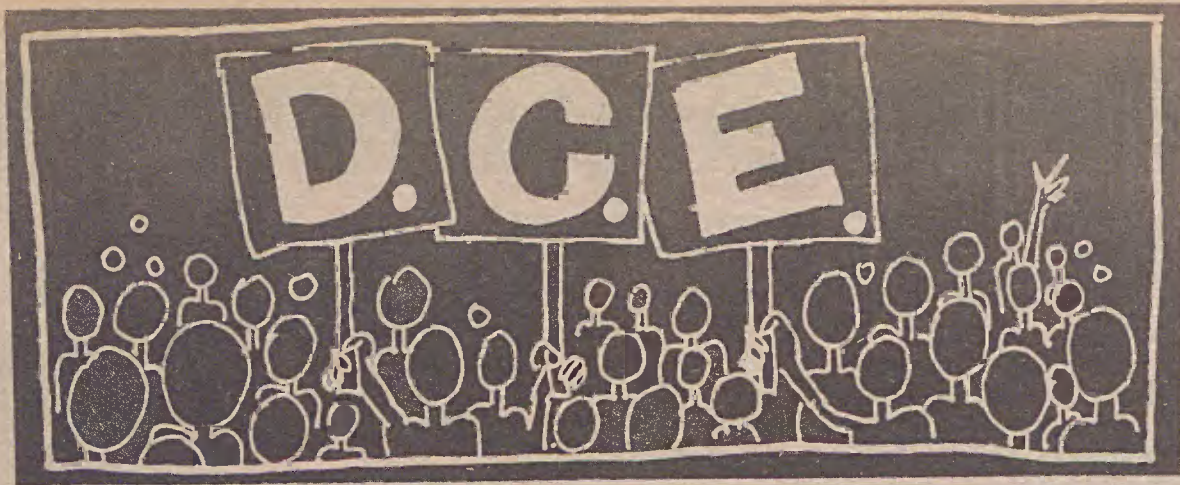
O entusiasmo decorrente da vitória alcançada, não permite, entretanto, quaisquer dúvidas quanto aos obstáculos que ainda estão por vir. Nas próprias eleições, já se teve uma pequena amostra, com o «misterioso» — mas nem tanto — roubo das urnas, que tornou necessária uma segunda eleição. Deste episódio ficou, um dado positivo: a forma como o conjunto dos estudantes e as plataformas concorrentes o encararam, apontando a urdimento — apesar de todas as divergências — como a única forma de se fazer frente ao inimigo comum.

AS PRIMEIRAS LUTAS

Após a posse da primeira diretoria, uma série de fatos veio confirmar a importância e a necessidade da reconstrução do DCE-livre. Assembléia pela anistia geral aos presos políticos, exilados e banidos; mobilização em defesa da vida de Roberto João Mota, ex-presidente do DCE de Santa Catarina; a Assembléia contra a implantação do curso de Estudos Sociais, foram as primeiras lutas levadas a efeito.

Na movimentação em favor da anistia, ficou claramente demonstrado o acerto e a profundidade a que pode chegar a palavra de ordem de luta por liberdades democráticas.

O DCE já está em plena atividade: «é fundamental que todos os alunos e Centro Acadêmico, de várias posições participem e intervenham no DCE, participando da comissão de imprensa, cultural, das comissões de luta» — conforme coloca «Correnteza», o jornal-mural da entidade. (continua)



O DCE reconstruído não é ainda o coroamento dos esforços dos estudantes da USP e do movimento estudantil. As dificuldades, longe de terem acabado, vem se avolumando. Logo na reunião de posse da diretoria, em versão tupiniquim de certos seriados de televisão,

um espião pé-de-chinelo deixou-se apenhar com um daqueles gravadorzinhos japoneses que funcionam até através de paredes (devidamente confiscado e rifado pelo DCE). Na segunda reunião lançou-se pela janela uma ampola de amoníaco. Esses percalços vão conti-

nuar. A maneira de vencê-los, já está indicada: a união dos estudantes em torno de suas entidades livres e independentes.

Hoje, decorridos dois meses da constituição do DCE da USP, seu exemplo já não é singular; outros se lhe segui-

ram, em universidades de outros estados.

Muito ainda resta por ser feito. As entidades maiores continuam, fechada, e reconstruí-las — de maneira livre e representativa — é a principal forma de fortalecer a contribuição dos estudantes à luta por uma vida melhor e mais justa para o povo brasileiro.

ELEIÇÕES PARA O DCE-LIVRE DA USP	
Refazendo	4.362
Liberdade e Luta	2.955
Caminhando	1.497
Organizar a Luta	834
Alternativa	246
Votos em branco	1.777
Votos nulos	582
TOTAL DE VOTANTES	12.253



Múltiplas opções

A comissão de formatura da Escola de Engenharia Mauá, demonstrando seu espírito altamente «democrático», e não querendo impor um patrono para os formandos, fez correr entre os quintanistas um questionário com cinco «opções» para tal honraria. São elas:

- (1) Paulo Egídio Martins;
- (2) Júlio de Mesquita Neto;
- (3) Reis Veloso
- (4) Arnaldo Prieto

(5) Theobaldo de Nigris (pres. da FIESP)

Não há «nenhuma das anteriores»... Essa mesma comissão propôs: «diploma de pele de animal» (não especificou qual animal...) - mais Cr\$ 160,00 por formando - ; baile (mais Cr\$ 250,00), jantar de confraternização (mais Cr\$ 160,00).

Quanto ao traje, imperou o mesmo espírito «democrático», e são estas as (opções): a) beca; b) terno igual; c) terno da mesma tonalidade; d) terno à vontade; e) smoking.

Há algo errado por aí?

Em programa-realizado pela TV Record, tendo por apresentador o deputado Blota Júnior, da Arena, o senador e ex-Ministro da Educação Jarbas Pas-

sarinho fez a seguinte declaração a respeito do número de horas existente para a propaganda política na TV, antes da «Lei Falcão»:

«Ou nós somos uma democracia altamente desenvolvida, ou há algo errado por aí.....»

COBRA DE VIDRO

Na primeira noite eles se aproximam e colhem uma flor de nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem: pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia o mais fragil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E porque não dissemos nada, já não podemos dizer nada.

COBRA DE VIDRO



COBRA DE VIDRO



Sem problemas

Um dos nossos ilustres «representantes do povo» na Câmara, apresentou o patriótico projeto de mudança do nome da matéria lecionada nas faculdades do país, Estudo dos Problemas

Brasileiros, para Estudos Brasileiros, sob a alegação de que «poderiam pensar que o Brasil só tem problemas, onde ficará nossa imagem de país em desenvolvimento?».

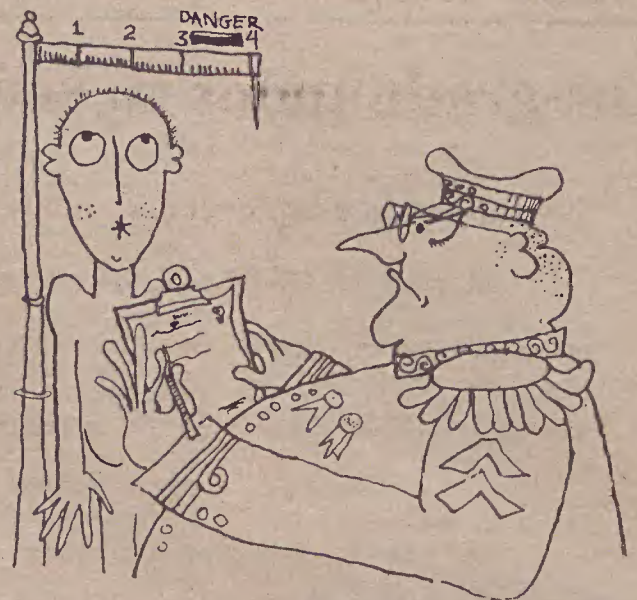
Realmente, «nesta ilha de tranquilidade num mar revolto», não existem mais problemas...

Subdotados superversivos?

O general João Bina Machado, ex-comandante da Escola Superior de Guerra, revelou uma preocupação do governo, durante o I Fórum de Previdência Social, em relação aos superdotados: «os jovens de inteligência acima do normal interessam de perto à segurança nacional, porque são desajustados e transformam-se em subversivos se não tiverem tratamento especial» (O Estado de São Paulo).

O general tem toda a razão: os «superdotados» - pessoas com inteligência superior à média - percebem com maior facilidade as coisas que acontecem, e isto é muito perigoso para determinados setores.

Portanto, leitor, cuidado: qualquer manifestação de inteligência, de agora em diante, poderá ser considerado ato extremamente suspeito...



PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM DO «COBRA DE VIDRO»

Valeu essa canseira toda ?

Foi uma briga muito grande para se conseguir que o DCE voltasse novamente a representar os alunos da Universidade Federal de Pernambuco. Após o fechamento dos Centros Acadêmicos, estes se viram substituídos por diretórios Acadêmicos controlados por membros da Polícia Militar.

Esta situação perdurou por algum tempo, quando então foram reabertas as inscrições de chapas formadas por estudantes.

De início, os alunos mais voltados para a defesa dos interesses dos estudantes, não aceitaram as novas entidades, que por estarem vinculadas à Reitoria da Universidade, impediam uma organização livre e independente.

Logo, no entanto, perceberam o erro cometido. Estas entidades - inclusive o DCE - foram assumidas por elementos que estavam mais preocupados em corresponder aos desejos e interesses da Reitoria do que aos anseios daqueles aos quais representavam.

Em 1973, formam-se as primeiras chapas de oposição, que vencem as eleições no Diretório de Comunicações e Artes. Foi um pequeno passo, mas representou muito no futuro, pois vindo a atuação justa e consequente destes elementos, outros estudantes passaram a apoiá-los. No ano seguinte, vencem as eleições em mais três diretórios: Geociências, Arquitetura e Ciências Humanas. Já com o apoio efetivo de quatro diretórios e contando com a simpatia de mais cinco, em 74 concorreram às eleições do DCE, realizadas dentro das

Em 1969 todas as entidades estudantis da Universidade Federal de Pernambuco foram fechadas. Em 1976, após muitos anos de lutas, os estudantes pernambucanos já possuem um DCE que os representa efetivamente e se bate por seus interesses, fruto de uma longa e paciente caminhada.

normas do decreto lei 228. São eleições indiretas, feitas através do voto de dois representantes de cada D.A.. O resultado não lhes foi favorável: 24 x 18, a favor da situação.

Apesar da derrota, mais e mais ia se consolidando o avanço dos estudantes de posição mais correta, fortalecidos em 75 com seu trabalho prático. Já com maior apoio, estes 9 diretórios conseguiram barrar o aumento do restaurante, contra a posição da diretoria do DCE, que defendia o aumento alegando que ele traria uma melhor alimentação aos estudantes.

Neste mesmo ano, houve a tentativa por parte da Reitoria de desalojar os moradores da Casa do Estudante Universitário. O DCE não tomou nenhuma

iniciativa. Novamente, coube aos 9 diretórios assumirem a posição que competia ao DCE: defenderem a causa dos oradores, que permaneceram vitoriosos nos seus alojamentos. Resistindo a todas as pressões, os estudantes ficaram firmes no propósito de conservar a moradia estudantil.

Outra mobilização importante foi a luta pelos passes escolares. A prefeitura tentou limitar para sessenta o número de passes para cada estudante. Novamente o DCE se omitiu. Os integrantes dos 9 centros, então, percorreram

todas as outras faculdades da cidade, bem como os colégios, logrando tal nível de organização que a reivindicação de que os passes não fossem limitados acabou por ser aceita. Esta mobilização veio facilitar uma maior ligação entre as várias faculdades de Recife.

Este ano, o número de diretórios foi reduzido, numa tentativa de limitar a representatividade que esse grupo havia assumido. Medida ineficiente, pois, na nova eleição do DCE saem vencedores com o resultado de 11 x 7.

Durante as eleições, numa tentativa desesperada de se manterem na presidência do DCE, seus representantes percorriam os vários diretórios com o objetivo de comprar seus membros, além de inúmeras outras atitudes que na verdade só serviram para enfraquecê-los ainda mais.

Com a posse, na diretoria do DCE, os problemas não terminaram. Telefones anônimos, ameaças - inclusive do próprio reitor - pressões de todos os tipos tornaram-se constantes.

A chapa que atualmente representa o DCE, em todo seu processo de luta, sempre se caracterizou pela busca da participação efetiva da maioria dos estudantes. Nesse fato, que pode servir de exemplo a todo movimento estudantil brasileiro, é que reside a justiça e a força de suas posições.

Valeu.

Pós-graduandos se reúnem

Depois de uma duradoura greve, os alunos da COPPE formaram o primeiro centro acadêmico da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Por todo o país, os pós-graduandos começam a se reconhecer como estudantes e a se integrar em suas lutas.

Aproveitando a realização da 28ª assembleia da SBPC, em Brasília, estudantes de pós-graduação de todo o país reuniram-se, pela primeira vez, para discutir os principais problemas que enfrentam.

Debateu-se, entre outras questões, a falta de participação do pós-graduando em suas entidades representativas. No caso da Bahia, a Universidade contrata todos os mestrandos como professores - isto tem levado a uma certa acomodação que torna difícil sua organização em entidades estudantis. Problema similar ocorre no Ceará, onde os pós-graduandos não conseguem se identificar nem como alunos nem como professores.

No entanto - foi colocado em Brasília - a maioria dos problemas dos cursos são derivados de um contexto mais geral, em que o eixo central é a política educacional adotada pelo MEC, que define um ensino tecnicizante, com métodos importados, e uma omissão crescente do governo com relação ao financiamento dos cursos. Para se discutir estes problemas e visando coordenar a luta por um ensino mais voltado para uma visão crítica da realidade, marcou-se a **Semana Nacional de Pós-Graduação**, a se realizar de 8 a 11 de setembro, no Rio de Janeiro.

A COPPE A UFRJ

Desde 1969, a reitoria da Universi-

dade Federal do Rio de Janeiro não permite quaisquer formas de organização estudantil, nem mesmo os diretórios acadêmicos, previstos em lei. Permite apenas o funcionamento de algumas Atléticas, que mesmo assim são pressionadas e até fechadas, como foi a da Matemática, sob a alegação de estar confeccionando cartazes em lugar de promover esportes.

Neste quadro surgiu, no primeiro semestre deste ano, uma das poucas manifestações de grande relevo na UFRJ desde 1969: a greve dos alunos da COPPE - Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação. Exigiam regulamentação e aumento das bolsas de estudo, e o reconhecimento do Conselho de Representantes dos Alunos da COPPE.

É quando o reitor Hélio Fraga adota medidas repressivas - prática comum contra as mais simples reivindicações estudantis - extinguindo o Programa de Planejamento Urbano e Regional (PUR). Sete professores são demitidos e 148 alunos expulsos.

A greve termina. O CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) eleva o nível nacional de bolsas de estudo para Cr\$ 3.000.00. Na COPPE os pós-graduandos organizam um plebiscito, onde a

maioria absoluta vota pela reintegração dos professores e alunos. É formado o Teatro de Resistência dos Alunos da COPPE, que apresenta a peça «Galilei Galilei», e em seguida discute-se os problemas da COPPE, com a participação de 1700 pessoas.

Depois de toda essa movimentação, o reitor resolve readmitir os alunos de tempo parcial (são os financiados pelas empresas) e convocar os de tempo integral para um novo teste de «seleção», na forma de entrevista. Entretanto, segundo palavras do próprio Hélio Fraga, não havia garantias de que todos passassem, pois com a reformulação do curso, «nem todos estariam aptos a continuar».

Diante da solução paliativa apresentada, os alunos de tempo integral impetram mandando de segurança contra a reitoria, visando a garantir as matrículas e o reinício das atividades do PUR. A primeira liminar já foi ganha mas a luta ainda está no começo. Um pouco da apatia reinante entre os estudantes cariocas já foi quebrada. O resultado disto pode ser sentido através da melhor organização dos alunos, que agora lutam pelo reconhecimento do primeiro centro acadêmico da UFRJ: O Centro Acadêmico dos Alunos da COPPE.

COPPE



«O OURO DE NOSSAS MINAS,

Demanhã, você acorda e acende a luz - a lâmpada pode ser Phillips (holandesa), General Electric ou Sylvania (norte-americanas), não importa, estará dando lucros para a Light and Power (canadense). Entre o ato de entrar no banheiro e o de por o pé da rua, já terá passado pela sua frente uma série de nomes, entre os quais, com toda certeza, Kolynos, Gessy-Lever, Johnson e Johnson, Gillete, Nestlé, Liquigás (italiana), Rhodia. Não tem jeito: para onde quer que você vá, faça o que fizer, lá estarão elas, imperturbáveis, à espera de seu dinheiro, para convertê-lo nos preciosos dólares.

Você pega o ônibus. O motor quem fabricou foi a Mercedes-Benz, os pneus podem ser Pirelli Firestone ou Goodyear; o combustível Esso, Shell, Atlantic ou Texaco (é mesmo, tem também a Petrobrás, mas... ela não perde por esperar: os contratos de risco e a desestatização estão aí mesmo). Acende um cigarro? Por trás do brasileiro nome de Souza Cruz (que controla 80% do mercado) está a American Tobacco Company).

Vai ao cinema, para descansar um pouco? Escolha o filme que preferir, da Metro, Paramount ou Columbia. Não aguenta mais, está farto de tudo, quer se suicidar? Meu amigo, a vida é sua, mas antes não esqueça de passar nas Lojas Sears Roebuck S.A. e pagar a prestação do seu magnífico revólver Smith and Wesson. E fique torcendo para ser enterrado num caixão 100% nacional...

Westinghouse, Siemens, Ciba-Geigy, Borroughs, Ishikawajima... Estamos tão acostumados com esses nomes, de pronúncia difícil e presença constante, que é raro nos darmos conta do seu significado na realidade do país. Na verdade, o que nós constatamos a esse respeito em nosso dia a dia, é como a parte descoberta de um «iceberg», a ilha de gelo que tem 9/10 de sua área submersa, e apenas 1/10 visível. No caso, o «iceberg» a que nos referimos é a dominação da economia e da política do Brasil por interesses estrangeiros. Ou, para dizer de outro modo, a atuação do imperialismo.

Ainda que não percebamos (a não ser alguns sintomas), isto é algo que faz sentir sua ação em praticamente tudo o que faz parte de nossa vida em sociedade. Que, de jeito ou de outro, influi no preço das coisas que compramos, no salário que recebemos, no ensino que temos, até mesmo no ar (?) que respiramos.

Por que a situação está desta forma?

Desde os primeiros tempos da colonização, toda a economia brasileira existiu em função de interesses de outros países - Portugal, Inglaterra, Estados Unidos... Quando o Brasil foi descoberto, o mundo vivia a fase de expansão do capitalismo comercial. Neste sistema, as terras recém-descobertas vinham cumprir o papel de fornecedores de produtos agrícolas e minérios para os países europeus. Esta característica veio marca de forma decisiva toda nossa história, em todos os seus aspectos,

determinando, em sua essência, a situação atual.

INDEPENDÊNCIA

Sete de Setembro, nesta data comemoramos a «Independência Nacional». Mas o que há de real nesta «independência»? Se olharmos o que acontece atualmente em nosso país, veremos que dela não existe mesmo quase nada: nossa economia se encontra controlada por poderosas empresas as famosas multinacionais; nossas riquezas minerais são saqueadas; novas e enormes porções de nosso território passam a cada dia para as mãos de firmas estrangeiras; a própria cultura brasileira é sufocada e destruída pelos que visam a nos impor uma maneira de pensar e de agir de acordo com interesses que não são os de nossa gente. E quem tem coragem de se opor a toda esta situação, é brutalmente perseguido e reprimido. Em toda parte, nos deparamos com peda-

ços dessa imensa teia, tecida durante quatro séculos de dominação.

Nesse tempo todo, a exploração de nosso país assumiu várias formas, conforme as condições internas e as condições internacionais. Num ponto, porém, sempre se manteve igual: nós aqui trabalhando, eles lá se apossando de toda a riqueza que produzimos. De um lado o suor e a miséria, de outro os lucros, o progresso, o bem-estar. Esta é a base do sistema capitalista internacional no qual o Brasil está inserido.

A questão da dependência externa se coloca, então, na raiz da discussão de qualquer problema nacional realmente importante. No entanto, na televisão e na imprensa, - elas mesmas controladas ou comprometidas com poderosos grupos econômicos estrangeiros - é raro aparecer alguma referência a ela. Sem tocarmos neste ponto, não dá para se compreender

alguns assuntos que interessam a todo nosso povo, e que ultimamente têm sido bastante divulgados e debatidos, questões como a da exploração do petróleo, da dívida externa e da campanha de desestatização.

Desde junho deste ano, se você quiser viajar para o exterior, será obrigado a fazer um depósito de 12 mil cruzeiros, pelo prazo de um ano, sem juros nem correção. Dessa forma, você estará sentindo na pele uma consequência do déficit no balanço de pagamentos do país e da gigantesca dívida externa, motivo desta medida do governo, tão desesperada como inútil. Por outro lado, a entrega - parcial, por enquanto - do petróleo brasileiro às multinacionais, passando por cima de uma importante conquista popular, o monopólio da exploração do petróleo pelo Estado, e a campanha pela venda de empresas estatais a grupos privados ligados ao capital estrangeiro (desestati-



O VERDE DE NOSSAS MATAS»

zação), vêm deixar bem claro o avanço do imperialismo, e também a verdadeira posição do governo, cuja função seria defender os interesses nacionais.

MULTINACIONAIS

Atualmente, a dominação de nosso país pelo imperialismo se dá sobretudo através das empresas chamadas «multinacionais», grande parte delas denominadas na forma de «Ford do Brasil», «Shell do Brasil», etc.

Estas empresas controlam a economia brasileira a partir de seu ponto mais importante, a produção industrial. Isto não significa que elas deixem de atuar - e em escala cada vez maior - em outros setores, como a agricultura e pecuária, o comércio, os bancos, etc.

Mas as coisas nem sempre aconteceram deste modo. Até o começo deste século, o Brasil era um país fundamentalmente agrícola. Sua economia era baseada na exportação de produtos primários para os países industrializados, dos quais importava tudo o que precisasse - produtos manufaturados, ferramentas, artigos de consumo. Era esta a chamada «divisão internacional do trabalho». Se o dinheiro não fosse suficiente - o que sempre acontecia - importava-se também capitais, na forma de vultuosos empréstimos.

Na época mais recente, especialmente a partir da década de 30, o panorama pouco a pouco vai se modificando, com o surgimento das indústrias. Eclodindo a Segunda Guerra Mundial, o processo se acelerou: toda a indústria dos países que exportavam para o Brasil voltou-se para a produção bélica, deixando aqui uma lacuna, que começou a ser preenchida pela incipiente indústria nacional. Era a industrialização substitutiva das importações. Após a guerra, porém, o sistema capitalista mundial volta à «normalidade». Os países imperialistas, com os Estados Unidos à sua frente, voltam seu apetite para sua tradicional área de exploração, os países atrasados da Ásia, África e América Latina. No caso do Brasil, a dominação se estabelece em novos moldes, de forma diferente, adaptando-se às novas condições e - mais valendo-se delas para obter lucros ainda maiores. Já estava formado, na época, um mercado interno relativamente grande, suprido pelas indústrias nacionais, de bens de consumo leves (tecidos, alimentos, etc.). Ao mesmo tempo, ia sendo criada pelo Estado toda uma infra-estrutura para a industrialização, com a construção de usinas hidroelétricas e da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. E havia o principal: tanto a mão-de-obra, como as matérias-primas, eram abundantes e baratas.

Começaram, então, a se instalar no país as filiais das grandes monopólios. «Construíram as fábricas que os brasileiros pretendiam e poderiam construir.» (1) Iniciou-se uma expansão que continua até o momento atual. Favorecidos por uma série interminável de favores e concessões do governo, tais como isenção de impostos cambiais,

traziam para cá maquinarias obsoletas, com as quais esmagavam as indústrias nacionais similares, que já estavam funcionando. Esta era e é a base da participação do capital estrangeiro em nossa economia: entrada livre de capitais, na forma de equipamentos e máquinas; saída praticamente livre de lucros para as matrizes.

Se no início era apenas a instalação de indústrias, em pouco tempo passaram a adquirir as já existentes no país: as empresas nacionais são vendidas, ou então se associam, num processo de desnacionalização que em nenhum momento se deteve, mas pelo contrário, vem se acentuando, especialmente de alguns anos para cá.

Segundo estudo do senador norte-americano Frank Church, «no Brasil, durante o quinquênio 1966/70, mais da metade das novas subsidiárias norte americanas no setor industrial têm sido estabelecidas através de compra ou de controle acionário de firmas nacionais.» (2).

A SANGRIA

No ano passado, foi criada no Congresso uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar a atuação das empresas multinacionais. Desta CPI resultou um relatório, muito importante sobretudo por ser o primeiro levantamento minucioso do capital estrangeiro em nosso país. As informações nele contidas não permitem dúvidas quanto às proporções do processo de desnacionalização da economia brasileira que ocorre atualmente, e vem desmistificar a argumentação dos que defendem a instalação de empresas estrangeiras no país, alegando, por exemplo, que elas trazem para cá capitais que viriam possibilitar o desenvolvimento nacional.

A partir dos dados da CPI, pode-se concluir exatamente o contrário: o imperialismo é responsável, na verdade, por uma descapitalização progressiva de nossa economia, através das remessas de lucros, realizadas de variadas formas, abertas e disfarçadas. As remessas de lucros representam uma evasão para o exterior de riquezas produzidas no Brasil, pelos trabalhadores brasileiros, com matérias primas brasileiras. Isto se reflete no empobrecimento de nosso povo. Vemos que, no fundo, é o Brasil quem *exporta* capitais para o estrangeiro.

«Fizemos um levantamento das 10 maiores empresas na área da indústria de transformação - declara Alencar Furtado, presidente da CPI das multinacionais (3) -, as maiores de cada setor produtivo: Volkswagen, Rhodia, Esso, Pirelli, Phillips, Souza Cruz, Johnson e Johnson, Firestone, General Electric, Anderson Clayton e Light. Estas empresas, em toda sua existência no Brasil, investiram 298,8 milhões de dólares, mas em apenas dez anos remeteram para o exterior 774,5 milhões de dólares, deixando um saldo negativo de aproximadamente meio bilhão de dólares. É um dado que reputo importante, pois com ele podemos medir a *permanente sangria do capital nacional para o exterior*, e



aferir de outro lado os lucros em escalada sempre ascendente das empresas referidas».

Por aí dá para se perceber para onde vai a riqueza gerada pelo trabalho de milhões de brasileiros. Se observamos a remessa de divisas empresa por empresa, a *sangria* torna-se ainda mais evidente. «A Rhodia - continua Alencar Furtado - que investiu no Brasil 14,3 milhões de dólares em toda sua existência, nos últimos dez anos já mandou 108,7 milhões de dólares. A Esso, que só investiu no Brasil em toda sua vida 1,8 milhões de dólares, veja bem, 1,8 milhões de dólares em toda sua existência no Brasil, já remeteu 44,5 milhões de dólares em apenas dez anos, o tempo medido nessa amostragem a que me refiro. A Souza Cruz, que em toda sua vida no Brasil investiu 2,5 milhões de dólares, já remeteu 81,3 milhões de dólares» (da Souza Cruz, no Brasil pelo jeito só fica mesmo a fumaça...). «E assim por diante» - prossegue.

Mais de 80% de todo o capital sob controle estrangeiro localiza-se na indústria de transformação, o setor de maior importância para a economia nacional, englobando os setores produtivos que apresentam maiores taxas de crescimento o setor mecânico (74,6% de capital estrangeiro), eletro-eletrônico (76,1%), material de transporte (96,4%), metalurgia (54,4%). São justamente os setores mais lucrativos. Segundo dados da revista «Visão», são as em-

presas estrangeiras as que apresentam maior lucratividade: 19,73% em 1974, para 15,45% das empresas privadas nacionais, e 10,96% das empresas estatais.

Estes lucros se devem, em grande parte, à super-exploração do trabalhador brasileiro, realizada através da política do governo de arrocho salarial. «Essa política faz com que o maior salário mínimo até a pouco pago ao operariado brasileiro (532 cruzeiros, aproximadamente 50 dólares), fosse 10 vezes menor que o salário mínimo pago nos Estados Unidos, por volta de 500 dólares, aproximadamente 4.500 cruzeiros.» (4) Recentemente, o ministro Reis Velloso declarou que «o Brasil oferece condições excepcionais para os investimentos estrangeiros.» (5) Aos poucos, vai-se percebendo porque.

MANHAS E ARTIMANHAS

Quando uma empresa multinacional começa, a operar num país, ela entra apenas com o investimento inicial. O resto é reinvestimento, capital gerado no próprio país, aplicado para produzir lucros que são remetidos ao país de origem da empresa. No caso do Brasil, apenas uma parte de seus lucros são remetidos sob a forma oficial de «remessa de lucros». A maior parte deixa o país através de uma série de artimanhas utilizadas pelas multinacionais para burlar a legislação vigente.

Na verdade, as taxas de lucros dessas empresas são muito maio-



res do que as apresentadas oficialmente. Estes lucros - que em sua contabilidade contam como despesas - deixam o país sob a forma de pagamento de assistência técnica, royalties, juros, importação de tecnologia. São *remessas de lucros disfarçadas*, que além de serem uma forma de passar por cima da legislação a esse respeito, tem outra vantagem: «não só o lucro que se evade dessa maneira deixa de pagar imposto de renda, como também passa a fazer parte dos custos das empresas, diminuindo o lucro a ser tributado pelo imposto de renda.»(6)

A maior parte das inversões de capital estrangeiro no Brasil é feita sob a forma de empréstimos, feitos geralmente nas próprias matrizes das empresas. Assim, os lucros são remetidos na forma de juros. «É isso que explica porque as multinacionais possuem uma grande tendência para se endividar, tendo grande responsabilidade pela dívida externa brasileira.» (7)

Outra forma disfarçada de remessa de lucros é o pagamento da importação de tecnologia. «Uma grande parte do lucro real das empresas é remetida para o exterior sob o título de assistência técnica, royalties, etc» (8) Dessa maneira, é agravada a dependência tecnológica do país: o Brasil não cria tecnologia, apenas absorve a criada no exterior, ficando em consequência cada vez mais dependente da mesma. Além do mais, as multinacionais que desenvolvem sua tecnologia (que já chega aqui com seu custo inteiramente pago) em seus próprios países de origem - enviam para cá apenas o que já está ultrapassado, mantendo os

países como o nosso em nível técnico permanentemente inferior.

Há também outras formas, mais escandalosas, de remeter lucros «por baixo do pano», como o subfaturamento, muito comum no setor farmacêutico, entre outros - a subsidiária importa matérias-primas e equipamentos da matriz, a *preços mais altos* que os normais -; e o sobrefaturamento, que é o contrário: a filial vende produtos à matriz por *preços mais baixos* que os do mercado internacional. Este foi o caso das exportações da Borregaard para sua matriz norueguesa.

O relatório da CPI conclui: «o capital estrangeiro ganha terreno em relação ao capital nacional a cada dia que passa.» Em 1969, a participação das empresas estrangeiras no *total das vendas da indústria* era de 29%. Atualmente ultrapassou os 50%.

«Considerando-se que as empresas multinacionais se situam justamente nos setores que possuem maior poder multiplicador, isto é, dos quais depende a produção de um maior número de outros setores econômicos, pode-se concluir que o capital estrangeiro lo-



caliza-se em maior grau em uma *posição* na qual tem estrategicamente garantido o controle, no fundamental, do conjunto da economia brasileira. Evidentemente, esse controle da economia deve ter sua correspondência, ao nível super-estrutural, no controle do aparelho do estado». (9)

AONDE ESTÁ A SAÍDA?

Dentro do atual estado de coisas, qual a possibilidade de modificação deste quadro?

Já no início da década de 60, era fato conhecido por todos a existência de «um grande número de pessoas, participando ativamente da vida política, e aliados aos grandes industriais e banqueiros associados às indústrias estrangeiras, ocupando postos-chaves nos partidos políticos e na admi-

nistração da máquina governamental, que se tornam instrumentos dos capitalistas estrangeiros, agindo em função destes interesses alienados». (10)

Portanto, ao se pensar em qualquer tipo de mudança, é importante se ver, antes de tudo, a quais classes sociais e a que interesses políticos e econômicos corresponde o poder do Estado.

Nos próximos números do «Cobra de Vidro», abordaremos outros aspectos da questão da dependência externa do Brasil.

- (1) Leônicio Basbaum, «História Sincera da República».
- (2) «Movimento», nº 19.
- (3) «Movimento», nº 20.
- (4) Carta-programa de «Caminhando» para as eleições do DCE-livre da USP.
- (5) «O Estado de São Paulo», de 21/7/76.
- (6) Relatório da CPI das multinacionais, «Movimento» nº 19.
- (7) Idem.
- (8) Idem.
- (9) «Caminhando».
- (10) Leônicio Basbaum, cit.



Do lado de lá do rio Paraná

Editada em Buenos Aires pelo escritor Eduardo Galeano, a revista «Crisis» era considerada a mais importante publicação cultural latino-americana.

A vida, a arte e as idéias de nossos povos eram seu principal objeto de atenção. Sua razão de existir.

O uruguaio Galeano deixou em muitos países a marca de seus sapatos. Refugiado de outra tempestade, não estava na Argentina por desejo. Um velho amigo nosso, profundo conhecedor das coisas brasileiras, esteve conosco no ano passado, participando da

Semana Latino-Americana, na GV.

Hoje, amordaçado, o autor de «Venas Abiertas de Latinoamérica» e «Vagamundo» vê sua revista fechada.

Dias negros no país - irmão - onde, não faz muito tempo, parecia começar a soprar o vento da liberdade.

Buenos Aires, 1976: as ruas manchadas com o sangue de patriotas. Assassinos engordam. Livros são queimados.

As portas de «Crisis» estão fechadas. Para o povo latino-americano, uma grave perda.

Querem despejar o União e Olho Vivo

A casinha do nº 295 da rua Capote Valente é muito conhecida por estudantes, trabalhadores e artistas. Lá é a sede do Teatro União e Olho Vivo, grupo que há quatro anos se dedica ao trabalho de teatro popular, realizado a partir das apresentações da ópera-samba «Rei Momo», de César Vieira, nos bairros da periferia de São Paulo.

O grupo, que representou o Brasil em excursão por vários países da Europa e recebeu prêmios da crítica teatral paulista, utilizava a sede para seus ensaios (com o encerramento da temporada de «Rei Momo», preparava um novo espetáculo), reuniões com outros grupos de teatro popular, apresentações teatrais, receber correspondência, e para guardar seu material - refletores, caixas acústicas, cenários, figurinos, gravador, etc. A casinha, utilizada por ele há mais de dois anos, tinha sido cedida por tempo indeterminado, com a condição de que, caso fosse necessário devolvê-la, seria dado um prazo de pelo menos 10 meses. Quando o União e Olho Vivo começou a utilizá-la, seu estado era mais do que precário, sem a menor condição de ser habitada. Realizou, então, dispendioso trabalho de reforma: pintura, cimentação, instalação elétrica e hidráulica, etc.

No início de agosto, sem que fosse apresentado qualquer motivo aceitável, seu proprietário exigiu sua devolução dentro de um mês!

O abandono da sede, em prazo inferior ao combinado - 10 meses - sem



qualquer lugar para onde ir, é absolutamente impraticável para o grupo. Significará a interrupção, talvez por longo tempo, de um trabalho de busca de uma cultura voltada para os reais interesses de nosso povo, uma cultura popular.

O despejo do União e Olho Vivo, se vier a se concretizar, representará mais um golpe sobre os que, em nosso país, lutam por uma arte nossa. Para impedi-lo, o grupo só conta com uma defesa: o apoio e a solidariedade de quem, de uma forma ou de outra, está a seu lado nessa mesma luta.

ASSEMBLÉIA DO POVO

«Sobe o custo de vida, tão alto como um balão, só não sobe o meu salário, que fica sempre no chão.»

«Somos mães de família em desespero e mais do que ninguém sentimos os preços dos alimentos, remédios, frutas, escola, roupas, sapatos, condução e aluguel de casa. Estamos cansadas desta exploração.»

«Há muitas crianças por aí mal alimentada, por isso fracas, sem poder estudar por causa da alta do custo de vida, do salário baixo e da falta de vaga nas escolas...»

As mães responsáveis pela elaboração desta carta realizaram uma pesquisa, abrangendo dois mil questionários aplicados em diversos bairros da periferia de São Paulo. O resultado foi este: «... as famílias têm pouco mais que 5 pessoas em média, sendo que duas trabalham e ganham juntas Cr\$ 1.688,53 por mês. Só com comida, gás e sabão gasta Cr\$ 992,29. Com o que sobra temos que pegar: roupa, casa, condução remédio, material de limpeza e de escola.»

«O salário é arrojado e o custo de vida cresce sem parar. De agosto de 74 a agosto de 75, só a comida subiu 49%. Para conseguir sobreviver, o pai é obrigado a trabalhar quase dia e noite, faz muita hora extra e quase não vê a família.»

Em sua carta, dirigida a diversas autoridades, as mães reivindicaram também creches, para que seus filhos «não ficassem trancados dentro de casa, se queimando, ou soltos na rua, sem proteção, correndo o risco de ser marginais». Terminava reivindicando também o controle do custo de vida, melhores salários e a construção de escolas para os filhos dos trabalhadores.

4 MIL PESSOAS, O POVO SE REUNE

Isto foi em 75. Em 76 foi feita outra pesquisa. O gasto mensal com alimentação, sabão e gás, pulou para Cr\$ 1.533,00 por família.

Num domingo, 20 de junho, 4000 pessoas vindas de diversos bairros periféricos, se reuniram num colégio da Estrada da Campininha, Interlagos. Era a «Assembléia do Povo: Custo de Vida X Salário Mínimo».

Mães de família, padres, trabalhadores... As autoridades foram também convocadas: o governador, o prefeito, os deputados... Vieram apenas um deputado federal, 5 estaduais e um vereador (todos do MDB). E também estudantes, jornalistas, representantes da Igreja, entre os quais D. Mauro Morelli, bispo da Zona Sul, que tomou parte da Mesa.

Iniciando a Assembléia, foi encaminhado o abaixo-assinado referendando a carta das mães, que continha 16.500 assinaturas, acrescidas de 2.015 recolhidas na hora.

A seguir, são lidos pelas mães dois outros documentos, leitura interrompi-

da a cada frase pelos aplausos de todos. O primeiro apresenta detalhadamente os resultados da pesquisa sobre o custo de vida, incluindo uma tabela atualizada do custo dos 13 gêneros de primeira necessidade. Com base nos dados da tabela, chegou-se a conclusão de que só de alimentação (restringindo-se esta apenas aos 13 gêneros pesquisados), o gasto de uma família média seria de Cr\$ 1.181,19 por mês.

O outro documento («Custo de Vida e Os Salários»), faz uma análise da alta do custo de vida, comparando-a com os reajustes do salário mínimo. Segundo o documento, baseado em afirmações do DIEESE (Departamento Inter-Sindical de Estudos Sociais e Estatística), o aumento salarial este ano deveria ter sido

de 312% e não, como foi concedido, de apenas 44%.

A Assembléia prosseguiu com o povo falando, geralmente relando a situação de cada bairro: falta de postos de saúde, escolas, água encanada, ônibus, asfaltado...

AS PROPOSTAS

A parte final foi dedicada à aprovação de propostas, que foram estas:

1. Que sejam congelados os preços dos gêneros de primeira necessidade.

2. Que haja aumento de salário de todos os trabalhadores, de acordo com a alta real do custo de vida, e também, que seja imediatamente concedido um abono de emergência de 25%, como já

vem sendo reivindicado por vários sindicatos.

3. Que as prefeituras criem Centrais de Abastecimento nos bairros da periferia dos grandes centros urbanos; e ainda a modificação da legislação sobre as cooperativas, no sentido de que voltem a ser isentas de impostos. Esta medida permitiria que a população organizasse suas próprias cooperativas, obtendo assim sua alimentação a um preço mais barato.

4. Que sejam construídas creches em todos os bairros da periferia dos grandes centros urbanos.»

«A GENTE NÃO DEVE DESANIMAR»

As autoridades são chamadas a se pronunciar, diante das propostas do povo. Ficam todos de encaminhá-las, «fazendo o que for possível. Um dos «políticos», Agenor Lino de Matos, é vaiado ao tentar fazer um discurso demagógico. «Queremos somente propostas concretas», insistia a Mesa.

A Assembléia termina, em clima de festa. Foi a primeira vez que aconteceu algo assim, uma reunião do povo, com tanta gente. As pessoas saem em conversa animada, entram nos ônibus — especialmente fretados — que as levarão de volta para suas casas.

Uma mulher de meio idade comenta com a vizinha: «A gente não deve perder a fé, nem desanimar. A gente deve insistir, porque é um direito do povo, não é? Eu acredito que o povo não está pedindo nada de mais... E melhor a gente pedir do que morrer de fome. A gente está pedindo o que tem precisão, porque ninguém quer morrer de fome!...»



Documento apresentado na Assembléia

Custo de Vida x Salários

Hoje, em todo lugar, a conversa do povo é uma só. E esse custo de vida subindo que nem foguete e esse nosso salário, que não dá nem pro sustento da família.

A pesquisa há pouco relatada, também mostra isso: o trabalhador da periferia ganha em média um salário e meio. Com isso não dá para sustentar sua família; então, sua mulher e seu filho mais velho, em geral tem que trabalhar. Dessa forma, uma família média, de um casal com tres filhos, trabalhando duas ou três pessoas, consegue dispor pouco mais de três salários mínimos por mês. A maior parte deste salário familiar, isto é, quase dois salários mínimos, é gasta só em alimentação, gás e sabão. Portanto, sobra menos de um salário para aluguel condução, remédios, luz, estudo e tudo mais que é necessário para sobreviver.

Esta situação de vida apertada, que a pesquisa do ano passado revelou, continua hoje em dia ainda mais grave. Os próprios dados publicados nos jornais destes últimos tempos, mostram que o custo de vida continua subindo sem parar, comendo cada vez mais o nosso salário.

Essa situação, vem se agravando há 11 anos desde a implantação da Política Salarial do Governo, que eliminou a livre negociação de salários, diretamente entre patrão e operários.

Sob justificativa de que eram os aumentos salariais a principal causa da inflação, nossos salários foram praticamente congelados. Na verdade, nossos salários, em vez de aumentar, diminuíram. Isso porque os reajustes anuais de salários, tiveram seus índices de aumento fixados pelo governo, sempre abaixo da alta real do custo de vida.

Esses índices são calculados pelo governo, de um jeito que até hoje não entendemos, mas sentimos na carne, que o salário reajustado não é suficiente para o nosso sustento. É que sempre sobra mais mês no fim do salário.

Para se ter uma idéia da distância entre os reajustes salariais e o custo de vida real, afirma o DIEESE que os trabalhadores hoje para recuperar tudo o que foi perdido com a alta do custo de vida, deveriam receber um aumento de 312%, e não 44% como foi este ano.

A Organização Mundial da Saúde, calcula que 40% da população brasileira é subnutrida.

Essa subnutrição é a marmíta de arroz com ovo frito, prá sustentar 13 a 14 horas por dia de trabalho. O trabalhador faz horas extras prá ver se dá pra aliviar um pouco esta dureza. Mas não alivia, porque essas horas extras, além de nos afastar do convívio da família, aumenta o cansaço. Isso tudo ao lado da má alimentação e do aumento do ritmo de produção para o Brasil: o de campeão mundial de acidentes no trabalho. O INPS diz que em 1973 de 11 milhões de trabalhadores, mais de 1 milhão e meio sofreram acidentes no trabalho, 59 mil ficaram incapacitados de exercer a profissão e 13 mil morreram.

Tudo isso vem mostrar a gravidade da situação em que vive a classe trabalhadora, moradora da periferia.

A cada ano o País se desenvolve e aumenta a riqueza produzida pelos trabalhadores. Sendo nós, os responsáveis por todo esse desenvolvimento, é justo que reivindiquemos a nossa participação nele. Portanto, reivindicamos medidas concretas que ponham fim à alta do custo de vida e reponham, ao menos em parte, a perda do poder de compra dos salários que tivemos nestes últimos anos.

Nas praças, nas ruas, nas

Na Casa da Universitária de São Paulo, dois grupos de teatro popular contam suas experiências, nascidas em condições diferentes, em países diferentes, mas com objetivos semelhantes: deixar as salas convencionais de espetáculos para buscar junto ao povo, nas praças, nos circos, nas escolas, nos campos de futebol, nos sindicatos, um teatro comprometido com a vida e a luta de nossa gente, o povo Latino-Americano.

César Vieira, dramaturgo, autor da «ópera-samba» «Rei Momo» e integrante do grupo Teatro União e Olho Vivo.

Oscar Rodrigues e Suzana Rueda, integrantes do Libre Teatro Libre, cuja obra de criação coletiva é conhecida no Brasil através da peça «Contratante».

Na experiência dos dois grupos toda uma discussão das condições de vida dos seus países.

«No Brasil, não se pode falar de teatro popular de forma isolada: tanto o teatro convencional como o nascente teatro popular estão dentro de uma realidade social. Sendo assim, seria uma aberração se o teatro e o teatro popular fossem muito bem enquanto o restante da sociedade brasileira vai muito mal.

A maior parcela da nossa população está marginalizada da cultura e, portanto, do teatro, além das demais marginalizações que sofre juntamente com os outros povos da América Latina, submetidos ao regime capitalista: uma boa parte da população não tem os meios mínimos de subsistência, de alimentação, vestuário, moradia, sem a menor possibilidade de chegar, por exemplo, a uma universidade. É nesta realidade que o nosso teatro se enquadra.

Em nosso país o teatro sofre uma série de limitações, das quais a mais importante é a censura, que impede de falar sobre os verdadeiros problemas nacionais. Além do problema da censura, há o fato de que o teatro só é visto por uma parcela extremamente reduzida da nossa população. Na Grande São Paulo, uma região com aproximadamente dez milhões de habitantes, apenas cerca de 300 mil têm o hábito de ir ao teatro, pelo menos uma vez por ano, se deslocando até a chamada «Broadway» paulistana e pagando 50 cruzeiros para assistir uma peça. Esse público é formado por uma pequena parte das classes média e alta, e também por estudantes. Para o restante da população, o teatro é uma coisa praticamente proibida, por uma série de fatores, econômicos e também culturais: a maioria das pessoas não tem o hábito de ir ao teatro, muita gente nem mesmo sabe o que é isto.

Nossa experiência de busca de um teatro popular teve início há cerca de seis anos. Tivemos como ponto de partida, de um lado, a análise da situação

do teatro convencional, quando constatamos a impossibilidade de uma saída dentro deste, e de outro, algumas experiências que ocorreram praticamente por acaso, com duas peças de minha autoria: «O Evangelho Segundo Zebedeu», montada pelo Teatro Onze de Agosto, e «Corinthians, Meu Amor», pelo Teatro Casarão. Estes espetáculos foram algumas vezes a bairros da periferia, levados a um público operário, que reagia muito bem. A gente, então, bateu muito papo com este público, sentido que teatro popular deveria ter como base inicial a ida aos bairros. Para o teatro poder atingir a este público popular, vimos como necessário ele ser feito nos seus próprios locais de vivência, sem aquelas condições de «santuário» de que o teatro às vezes se reveste. Teria que ser feito em praça pública, em campos de futebol, em igrejas, em escolas, em qualquer lugar onde estivesse presente o povo.

Assim, partimos para a montagem de uma peça que, apesar de ainda manter as limitações de uma formação pequeno-burguesa, continha uma série de «ingredientes» populares, colocados com a finalidade de facilitar a comunicação com o público que queríamos atingir. Foi o começo da experiência de «Rei Momo». Com um grupo formado por estudantes e trabalhadores das mais diversas profissões, o Teatro União e Olho Vivo, realizamos um trabalho coletivo em cima deste texto, que foi levado a bairros operários. Lá, discutíamos com o pessoal que vinha assistir, com as comunidades da periferia, o que significava e espetáculo. Na discussão, a peça extravasava o palco e virava a motivação, o estopim de um debate onde o tema central eram os problemas do bairro, do país, da classe trabalhadora. É desta forma que fomos vendo concretizada a proposta em função de qual existíamos: o teatro como um meio e não como um fim.



Em nossa atividade de ida a o bairros, com o objetivo fundamental de contribuir para a formação de uma consciência crítica, tivemos sempre em vista dois critérios: as necessidades da comunidade do bairro e as possibilidades do nosso grupo, que são bastante limitadas.

Quando eu falo em necessidades do bairro, me refiro ao fato de que, por exemplo, muitas vezes a comunidade do bairro queria apenas uma apresentação, para que nesse dia eles reunissem um público grande, motivado pelo «Rei Momo», e ali discutissem o problema de um córrego que precisava ser fechado, de uma escola que precisava ser construída, de uma água que precisava ser trazida. Então a gente ia lá para servir àquela comunidade, se apresentando uma noite apenas. Outras vezes, a necessidade do pessoal do bairro exigia que nos apresentássemos quatro ou cinco vezes no mesmo lugar: essa era a forma de colaborarmos com eles.

Desse trabalho a gente recebeu uma experiência muito grande, documentada em pesquisas, gravações, relatórios, e creio, também deixamos alguma contribuição, não no sentido paternal de chegar e professoralmente dizer alguma coisa, mas no sentido de possibilitar que naquelas reuniões de 400, 500 pessoas que que vinham assistir o teatro e que nunca estiveram reunidas antes para debater seus problemas, elas se encontrassem e discutissem em liberdade. Então, era muito mais importante aquela reunião para eles do que para nós.

Em cima das informações e dos ensinamentos que recebemos do nosso público, nós vamos partir agora para um novo trabalho, mais consequente, com uma nova visão estética, mais distante de visão estética burguesa, mas em compensação muito mais próxima de nossa gente.

Assim, esperando poder chegar um pouco mais perto daquele caminho de teatro popular que a gente deseja e tem como meta, que só será atingido quando e ao mesmo tempo em que todos os problemas do povo brasileiro forem sendo solucionados. E o teatro brasileiro então caminhará junto com o povo, como um instrumento a mais, participando dessa luta pela total emancipação do homem.»

Teatro como um meio e não como um fim

CESAR VIEIRA

escolas: um novo teatro

«Com o desenvolvimento do grupo, se descobriu um novo tema. Nos propusemos a fazer um trabalho crítico do processo que se estava vivendo dentro da Universidade na Argentina. Um grande número de professores estava querendo exercer sua profissão e sua experiência de transformação dentro das salas de aulas. Era uma nova proposta de educação. Na escola se estabelece, a partir do conteúdo do curso, uma relação de vida entre professor e aluno. Achamos importante mostrar essa nova forma de relacionamento que estava acontecendo.

Esta cena trata de novas propostas, novas formas de se exercer a educação, sob nosso ponto de vista.

Invertem-se os papéis: os professores é que aprendem com os alunos.

Por quê?

Porque os alunos vêem as coisas de uma maneira muito mais imediata e portanto muitas vezes estão mais formados ideologicamente.

Falamos de uma greve.»

Professor- Sara! Vem aqui um pouquinho! Por que faltou às aulas?

Aluna- Porque tenho que vender bônus de contribuição.

— Que bônus de contribuição são estes?

— De uma greve.

— De que greve?

— Da fábrica onde trabalha meu pai.

— Deixe ver! E porque está sendo feita essa greve?

— Não sei. Apenas vendo os bônus

— E gosta de vender os bônus?

— Sim.

— E vende os bônus para se livrar deles?

— Não. Eu vendo bônus porque todos tem que colaborar.

— E por que todos tem que colaborar?

— Porque senão a greve se perde.

— Sempre é assim?

— Sim.

— E se todos colaboram?

— Se ganha.

— Que se pode fazer?

— Queres colaborar?

— Sim.

— Então, compra-me um bônus.»

O grupo se formou com estudantes de teatro da Faculdade de Artes da cidade de Córdoba. Trabalharam e estudaram aproximadamente um ano dentro da escola. Tiveram de deixá-la por causa de problemas com a direção (foram expulsos, pois as propostas do grupo não convinham à estrutura escolar). Este foi um período bastante tenso onde o grupo se constituiu como grupo experimental. Não eram profissionais, tinham características de um grupo de teatro estudantil.

Quando deixaram a faculdade, buscaram uma linguagem nova, um novo público, uma nova maneira de fazer teatro, auxiliados por uma professora que também largou a faculdade para se ligar a eles. «Este tema é o poder, simbolizado pelo governo. Nós bolamos uma pequena parábola. Tratamos de explicar sobre o que se assenta o poder em uma sociedade como a nossa. Esta parábola mostra a figura de um rei.»

Silêncio! Silêncio! E muito cuidado. Fala o rei, com seu fiel criado.

Criado- El Rei! Aqui estou de regresso, senhor.

Rei- Me conta o que viste.

— Percorri muitos caminhos. Encontrei e conheci muita gente. Gente que sofreu muito, que suporta muitas penúrias.



Libre Teatro, Libre!

— Estão muito descontentes?

— Sim. Todos.

— Pensam em morte?

— Quase sempre.

— Que têm feito ultimamente?

— Tem se reunido.

— Reunido? Como não me avisaste?

E o que decidiram?

— Enviar os emissários que vem vindo pela estrada.

— Emissários? Já estão se dirigindo?

— Já estão vindo para cá.

— Temos que detê-los no caminho.

— Creio que devemos deixá-los chegar.

— E matá-los aqui no palácio?

— Eu proponho que os receba e converse com eles.

— Crê que isso vá conformar as pessoas?

— Não importa se conforma ou não. O importante é que me queiram forte. Vou mandar meu exército.

— Senhor! Não podes esperar que os braços que sustentam estas armas e que provêm do mesmo lugar de onde eles vêm, onde vivem suas mulheres, onde criam seus filhos, se voltem contra essas pessoas.

— Então, não posso confiar nos meus próprios soldados?

— Senhor! Teu poder não nasce da tua força, e sim da ignorância que o povo tem das coisas.»

O teatro em toda a América Latina é um teatro de elite, uma atividade alheia ao povo. O Libre Teatro Libre não queria fazer um trabalho convencional. Na época, Córdoba era o centro de luta

dos estudantes e dos operários, que depois se ampliou para todo o país. Os operários da Argentina têm uma grande tradição de luta. O momento histórico era muito importante, um momento de lutas, de greves, passeatas e mortes. Passaram a buscar temas da realidade em que viviam.

«Além do «Contratante», escrevemos outras peças, entre elas «O Fim do Caminho» onde falamos da província de Tucumán. Estudamos, e chegamos à conclusão de que todos os conflitos, as lutas, as crises econômicas, a dor e o sofrimento do povo, tinham sua explicação no sistema econômico.

O sistema econômico em Tucumán é o mesmo de tantas outras regiões da América Latina, sistema chamado de «esgotamento», uma herança do sistema colonial de exploração. Através das fábricas que atraem as pessoas, toda uma zona rica em mineral ou vegetal é explorada e desenvolvida. Uma vez esgotadas as riquezas desta região, quando termina o ouro, ou o solo não produz mais tabaco ou cana, as fábricas deixam o local. Este é o problema fundamental de Tucumán. Foi o que aconteceu em 1966, com o fechamento de metade das fábricas, provocando em dois anos o êxodo de 200 mil pessoas de um total de 800 mil a 1 milhão, entre trabalhadores, famílias e outras pessoas que viviam indiretamente delas.

Esse êxodo gerou todo um problema social, um problema humano provi-

niente de um tipo de exploração econômica. As pessoas têm que deixar tudo e às vezes até o próprio núcleo familiar. Esta cena mostra como isso se processa dentro dos lares das pessoas envolvidas.»

«Irmão- Olha o Antonio, mamãe. Ele não quer apagar a luz.

Mãe- Antonio, apaga essa vela.

Antonio- Não apago nada, estou estudando.

— Deixa de estudar, pois logo teremos que deixar a cidade. Não é certo, mãe, que vamos embora?

Quando volta meu pai?

— Amanhã, se Deus quiser.

— Pois então, deixa de ir à escola amanhã.

— Terminem aí, e rezem antes de dormir.

— Não sei rezar, não me recordo. Como é que se reza?

— Pai nosso que estais no céu

— Pai nosso que estais no céu.

— Que sempre guarda os pobres.

— Que sempre guarda os pobres.

— Ajuda nós.

— Ajuda nós.

— Que papai volte logo.

— Que papai volte logo.

— Que consiga um trabalho.

— Que consiga um trabalho, que consiga uma casa, que tenha uma escola com uma boa professora, e um garoto para brincar comigo.

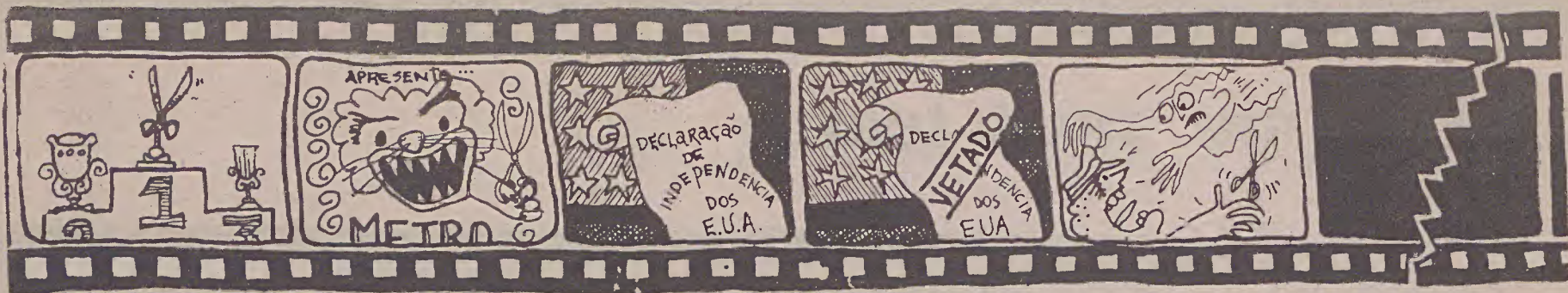
Mamãe, por que fechou a fábrica?

— Porque Deus quis.

— Mamãe, quem é Deus?

— Vamos dormir.»

A peça «O Fim do Caminho» não chegou a ser apresentada. A situação política da Argentina mudou e não havia mais possibilidade do Libre Teatro Libre trabalhar em seu país. Foi realmente o fim do caminho. O grupo se dividiu em dois e passaram a viajar pelos outros países da América Latina, mostrando e contando a sua experiência como grupo de criação coletiva.



No II Festival Nacional de Curta Metragem, realizado no Rio, a grande estrela acabou sendo a Censura. Em sua última investida, foi grande o estrago deixado pelo «tubarão» que assola o cinema nacional: dez filmes proibidos com uma tesourada só.

Dos filmes, cinco focalizavam a vida de populações urbanas e rurais; um falava sobre o uso de tóxicos; outro, da violência; dois discutiam problemas existenciais e, finalmente, «Declarações», de Ney Costa Santos Filho, que durante três minutos, sem qualquer imagem na tela preta, apresentava a leitura de trechos da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Em «Absurdamente», do paraibano José Bezerra Filho; há uma cena em que um grupo de pessoas fuma um cigarro que a censura «suspeitou» ser maconha. Outro paraibano, Marcos Pires, também teve seu filme vetado: «Bayeux», que documenta a vida da população dessa cidade próxima de João Pessoa, detentora do maior índice de mortalidade infantil do mundo.

«Chegou a Tua Hora», de Andress Valentin é quase totalmente ocupado por um franco-atirador matando pessoas, intercalado com cenas que mostram o monumento aos «18 do Forte» em Copacabana. «É isto aí», de Leticia de Souza, estuda «relações diversas entre amigos», e «Futebol, Alegria de um Povo», de Carlos Vicente Caurin, é uma análise do futebol como «válvula de escape para os problemas diários que influem na vida das pessoas», segundo o diretor.

O dia de trabalho de um pescador do litoral norte de São Paulo, e as dificul-

dades de habitação na periferia das grandes cidades são apresentados, respectivamente, por «Pescador», de Jorge Caron e Nathan Ackerman, e «Domingo em Construção», de Wagner de Carvalho.

Nem o próprio primeiro colocado no Festival, promovido pela Aliança Francesa, escapou da fúria dos censores: «Pau pra Toda Obra», de Reinaldo Volpato e Augusto Seva, pode ter ganho, mas não será assistido por mais ninguém. O filme é uma reportagem sobre a vida dos migrantes nordestinos em São Paulo, fazendo a denúncia de falta de segurança, de má remuneração e das frustrações pessoais desses trabalhadores.

NEM TIO SAM ESCAPOU...

Quando voltou da Censura Federal o nº 53 (de 5/7/76) do jornal «Movimento», edição dedicada ao bicentenário da independência norte-americana, havia uma surpresa entre as rotineiras (e numerosas) proibições de matérias. Com o carimbo de «vetado», proibido integralmente, estava, nada mais nada menos que o texto da «Declaração de Independência dos Estados Unidos da América».

De fato, trata-se de matéria «altamente subversiva», já que coloca, entre

outras idéias, o seguinte: «Consideramos que todos os homens foram criados iguais, dotados pelo criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes está a vida, a liberdade e a busca da felicidade que, a fim de assegurar esses direitos, instituem-se entre os homens os governos, que derivam os seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-lo ou aboli-lo, e instituir novo governo, baseado-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar a segurança e a felicidade».

A CENSURA E SEUS FANTASMAS

As mais recentes proibições da Censura Federal, atingindo a imprensa e as mais diversas manifestações artísticas, vem, pelo seu caráter absurdo, dar uma amostra do grau de paranóia a que chegou aquele órgão policial.

Em teatro, a última vítima foi «O Rei Morreu, Viva o Rei», de César Vieira. A peça foi escrita em 1969, tendo sido no mesmo ano publicada pelo C.A. Onze de Agosto. Entre os temas abordados, está o assassinato do deputado italiano Mateotti, ocorrido na década

de 1920. Pois bem, por causa disto o texto está até agora retido na Censura, sob a alegação de conter uma clara alusão à morte do jornalista Vladimir Herzog»...

OPINIÃO PROIBIDA

Julho, última semana. O nº 195 do jornal «Opinião» estava na gráfica, acabando de ser impresso. No dia seguinte estaria nas bancas. Estaria...

Pela quarta vez em sua existência, o jornal teve sua edição apreendida por agentes da Polícia Federal, do Departamento de Censura. O motivo, segundo os policiais, seria a publicação de algumas matérias não enviadas à censura.

As «perigosas» matérias: um artigo sobre religiões, uma crítica de um livro sobre o pensador marxista Antonio Gramsci, e uma reportagem sobre a indústria de alimentação no país, «A Expropriação da Saúde no Terceiro Mundo». Esta última seria a capa de «Opinião», com a figura da morte (a caveira com a foice) dando uma mamadeira a um bebê, e, ao lado dos dois, um enorme lata de leite em pó, em amarelo vivo sobre fundo verde.

O prédio da Gráfica Mory, no Rio de Janeiro, foi cercado e invadido. Contra «Opinião», e contra a opinião de milhares de leitores, estava demonstrando sua força de outra caveira, com uma outra foice.

Em protesto, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo enviou telegrama ao ministro da Justiça, Armando Falcão. No mesmo dia, outro jornal independente, «Movimento», teve metade de sua edição apreendida.

O Hoje e o Jamais

A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros.
Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.
Só a força os garante. Tudo ficará como está.
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.
Nos mercados de exploração se diz em voz alta:
Agora acaba de começar!
E entre os oprimidos muitos dizem:
Não se realizará jamais o que queremos!

O que ainda vive não diga: jamais!
O seguro não é seguro. Como está não ficará.
Quando os dominadores falarem
Falarão também os dominados.
Quem se atreve a dizer: jamais?
De quem depende a continuação deste domínio? De nós.
De quem depende a sua destruição? Igualmente de nós.
Os caídos que se levantem!
Os que estão perdidos que lutem!
Quem reconhece a situação como pode calar-se?
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.
E o «hoje» nascerá do «jamais»!

Bertolt Brecht

Berlim, 14 de agosto de 1956.
Morreu Bertolt Brecht.



Uma imprensa de idéias

Necessidade de confrontar idéias, de contar as verdades.

Difícil compromisso de ter coragem, de ser justo e escrever o que se pensa, o que se sente no dia a dia das escolas, das ruas. Participar e escrever. Passar as informações.

A imprensa dos estudantes. Prudente de Moraes Neto, presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e Marcos Faerman, do jornal Versus, falam de nós. Um pouco da história através do depoimento de Marcos.

No próximo número, Audálio Dantas, presidente do Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo e Flávio Aguiar, editor cultural do semanário Movimento.

«A imprensa estudantil deve pôr-se a serviço de idéias que ajudem o homem - sua continuidade é um sinal muito vivo de que, como nação, permanecemos fiéis a nós mesmos».

(Prudente de Moraes Neto)

O jornal estudantil tem uma larga tradição na vida política e cultural do país. Foi na imprensa acadêmica de São Paulo, a partir da segunda metade do século passado, que fizeram sua iniciação na vida política e literária debatendo questões de interesse público ou aspectos de criação artística figuras que assomariam ao primeiro plano de existência nacional até o fim do século e mesmo às primeiras décadas deste nosso século. Basta citar o exemplo do gaúcho Assis Brasil, que dá seus primeiros passos no jornal da Academia de São Paulo tomando posição em defesa da República em pleno fastígio da monarquia, e estende sua militância política até à agonia da Primeira República, na primeira metade do nosso século. No Rio, um fogoso líder republicano como Lopes Trovão faz a sua estréia também numa publicação acadêmica, ainda como simples diletante literário, que publica suas poesias com as iniciais L.T mas é nesse periódico, que não sobrevive ao primeiro número (ou apenas do primeiro número há registro na Biblioteca Nacional), que esse ardente lutador encontra meios de fazer o seu iniciado como homem de idéias.

Um inventário da importância do jornal estudantil, da imprensa acadêmica, mostrará que no século passado



publicações dessa natureza desenvolveram um papel expressivo em campanhas de extraordinária significação para o País, como a da abolição do trabalho escravo e da implantação da república.

Sua continuidade é um sinal muito vivo de que, como nação, permanecemos fiéis a nós mesmos.

As perspectivas da imprensa estudantil não são especialmente favoráveis como à imprensa de idéias de modo geral. Além das dificuldades que hoje acompanham o trabalho jornalístico, a imprensa estudantil enfrenta as dificuldades próprias da vida universitária, que hoje se depara com uma série de condicionamentos e incompreensões. É certo, porém, que não há obstáculo intransponível quando há perseverança e inteligência. A despeito de quaisquer óbices, que são temporários, passageiros, a imprensa estudantil encontra condições de se afirmar, de transformar em jornal as aspirações dos moços que hoje se encontram na Universidade. O maior erro diante dessas dificuldades seria desanimar, ou não fazer. E este próprio jornal é um exemplo de que gente nova faz, sem abatimentos nem conformismos.

A imprensa, em qualquer parte, qualquer que seja a sua forma, deve servir à comunidade a que se destina e da qual é expressão. Sendo a Universidade um centro de idéias, ou devendo a Universidade ser um centro de idéias, para ser fiel até mesmo à sua etimologia, à sua origem, o papel que a imprensa estudantil deve exercer é refletir essas idéias, expô-las, colocá-las em exame, porque só através do confronto de idéias, sua livre manifestação, é possível chegar-se ao progresso do espírito humano. A imprensa estudantil deve pôr-se a serviço de idéias que ajudem o homem, que estimulem a melhoria da própria Universidade, que favoreçam o desenvolvimento material e cultural do país. E não há porque duvidar que a imprensa universitária se desincumbirá bem dessa missão, exatamente porque ela é feita por moços que têm compromissos apenas com seu idealismo e que têm olhos apenas para o futuro. É isso: o papel da imprensa estudantil é servir o futuro, como fizeram no passado os que lançaram no Brasil as primeiras sementes da imprensa acadêmica.

PRUDENTE DE MORAIS NETO

«O mais importante, é claro, é o conteúdo, a perspectiva histórica, os interesses que são defendidos ou combatidos. E quanto a isto, não há lições a dar aos estudantes. Há mais coisas a aprender».

(Marcos Faerman)

Estudei num colegio chamado Colégio Júlio de Castilhos, do Rio Grande do Sul conhecido como «Julinho», de grandes tradições, de muita história, dentro do movimento estudantil secundarista de até alguns anos atrás. Hoje, não existe nem ao menos grêmio estudantil neste colégio; foi fechado pela direção da escola como antro de perdição.

Lembro que a primeira vez que escrevi era sobre o petróleo — um artigo para o mural do colégio. Era um garoto e tinha me convencido de que o Brasil devia ter petróleo, que o petróleo devia ser dos brasileiros. Comecei a me impressionar com tudo aquilo que se falava: grupos econômicos internacionais que queriam roubar as riquezas do povo brasileiro.

Nos, meninos do Julinho, interessávamos por aquilo e íamos discutir em outras classes coisas de política.

Logo depois resolvemos fazer um jornal de aula que conseguimos mimeografar no grêmio estudantil. Era um jornal, no qual discutíamos os problemas do Colégio, os problemas do mundo: a gente saía da aula para o mundo com a maior tranquilidade. Escrevíamos sobre tudo: literatura, crítica de futebol. Ali na quarta série ginasial, tínhamos um bom jornal de aula que discutia todas as coisas que a gente conseguia perceber. Desde futebol até política. E os professores ficavam emocionados com a iniciativa. Alguns não gostavam, mas a maioria gostava, porque a gente ia aprendendo a dominar a linguagem, ia aprendendo a pensar. A principal função do ensino é fazer pensar e os professores percebiam que os alunos aprendiam muito mais fazendo o jornal de aula do que com as aulas deles. A gente levava pra frente aquilo que a gente ouvia, aprendia.

Então foi com a maior tranquilidade que logo depois, nós aparecemos no grêmio estudantil Júlio de Castilhos, com um jornal chamado «O Julinho».

MARCOS FAERMAN

Era um belo jornal por tudo que posso me lembrar. Um jornal bonito, muito bem diagramado, bem feito.

«O Julinho» era um velho jornal que tinha se destacado nas lutas contra a ditadura getulista. Havia histórias do colégio, dos colegas daqueles tempos antigos que tinham lutado e sofrido nas masmorras da ditadura; e a gente se sentia herdeiro de uma tradição, era um estímulo para se manifestar, pensar para tudo.

Quando fomos escrever para o jornal do grêmio, havia toda uma história por trás de nós e a gente era o elo de uma cadeia.

Passamos também por outra experiência. Criamos um jornal chamado «Vanguarda», secundarista e semanal, que durou três semanas. Foi maravilhoso a gente conseguir fazer três números! Um jornal de oito páginas no qual se falava de petróleo, do ferro, do minérios, as riquezas brasileiras para o homem brasileiro. Foi uma experiência emocionante aquela. Realmente é uma coisa mágica fazer um jornal estudantil. A primeira vez que a gente sente a emoção de escrever, de diagramar, de sentir o cheiro pesado do metal na gráfica, do óleo, cheiro de gráfica... Aquelas máquinas antigas, aquela gráfica suja em que a gente ia lá e saía com a roupa suja. Éramos ao mesmo tempo as pessoas que estavam neste nível de criação, de construção das coisas e as crianças que eram repredidas pelas mães por que tínhamos sujado as calças nas gráficas, onde andávamos o dia inteiro.

«O Julinho» tinha um peso incrível. E nesse tempo, no Rio Grande do Sul, começou a ser feito, lá por volta de 61, um jornal estudantil chamado «O Universitário». Era um belo jornal com um nível à altura da imprensa oficial, se não melhor. Isso porque havia uma tradição nacional de imprensa estudantil muito forte no Brasil dos anos 60. Uma tradição montada basicamente em cima de um jornal «O Metropolitano» da União Metropolitana do Rio de Janeiro, a UME. «O Metropolitano» era um jornal modelar para o qual colaboravam todos os nomes que eram importantes dentro da área estudantil daquela época e isso é importante na cultura brasileira de hoje.

Também a Revista Movimento, a velha Movimento, com sua capa azulada tinha um nível excepcional. Era uma publicação inquieta, que não se limitava à repetição de chavões, estimulando uma consciência profunda das coisas e uma busca da densidade. Tudo isso sem a chatice das revistas que pensam em sociologues e economês. Aliás, uma das doenças infantis das revistas e jornais estudantis de nossos dias é exatamente esta linguagem.

Porém alguns jornais, como o **Cobra de Vidro** e **Dois Pontos**, principalmente o **Poeira**, estão superando esta linguagem. E fazendo um jornalismo muito interessante. O mais importante, é claro, é o conteúdo, a perspectiva histórica, os interesses que são defendidos ou combatidos. E, quanto a isto, não há lições a dar aos estudantes. Há mais coisas a aprender.

Ciência para o homem

Brasília, cartão postal do Brasil. Cidade dos Alvoradas, Buritis e outras monumentais obras arquitetônicas.

Brasília, capital e retrato fiel do país, cidade das Ceilândias, Planaltinas e outros satélites, que não escondem a situação de miséria da maioria de seu povo. Cidade onde duzentas mil pessoas vivem da construção civil e moram em casas «zero quartos», como são designadas pelo BNH suas precárias residências.

Duas Brasília's separadas por distância suficiente para que não se vejam, não se misturem. Uma é a propalada projeção do Brasil-futuro. Outra, o Brasil-presente. Uma delas - a da Universidade local, onde se aloja o quartel-general do reitor e capitão-de-mar-guerra José Carlos de Azevedo - foi escolhida para sediar a 28ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade que pode ser considerada como um dos raros canais democráticos do país.

Na abertura do congresso, mais um «projeto-impacto». Reis Veloso, orador da mesa, acabava de lançar 2 bilhões de cruzeiros para a formação de 10 mil especialistas no setor nuclear. Provavelmente ficará só no impacto, como ficaram os 23 milhões destinados à pesquisa, prometidos num decreto governamental.

No primeiro dia da reunião, a universidade amanhece sob pretestos estudantis. A refeição do bandeirão (restaurante da UnB), ou Palácio da Fome, devido a sua magnitude, fora aumentada de cinco para quinze cruzeiros. Os estudantes vão procurar Oscar Sala, presidente da SBPC, que não se responsabiliza pelo acontecido. O problema é da Reitoria. Realiza-se uma assembléia, procurando ampliar o movimento às outras delegações que chegavam. Daí saiu a proposta de dois abaixo-assinados: um para o reitor, outro para a SBPC. O primeiro exigia que o reitor voltasse atrás, e o segundo que a SBPC se posicionasse perante o fato. Entre outras coisas, discutiu-se o fato dos estudantes estarem sofrendo pressão, desde econômica até repressiva, como a revista da delegação da Bahia, ainda na rodoviária de Belo Horizonte, invasão de alojamentos por policiais e aumento das refeições. Depois da assembléia, ida à Reitoria: «onde está o reitor?» Depois de algumas idas e vindas, eis que são recebidos os estudantes. «A UnB não tem verba». Os estudantes exigem condições de poder participar da reunião anual. A cada momento chagam mais delegações. Os estudantes conseguem que o preço das refeições volte a ser estipulado.

Oscar Sala:

Ciência pela ciência

e não ciência

para o homem.

«Quando Newton descobriu as leis da mecânica, não estava absolutamente pensando em política, portanto - ponderou Oscar Sala - as teses devem ser elaboradas para o progresso científico, cujos resultados serão então aproveitados pelos políticos e técnicos». Este era o caráter que a diretoria tentava imprimir aos debates e ao próprio congresso. Ciência pela ciência e não ciência para o homem.

«EU SUSTENTO QUE A ÚNICA FINALIDADE DA CIÊNCIA ESTÁ EM ALIVIAR A CANSEIRA DA EXISTÊNCIA HUMANA».

No entanto, os cientistas brasileiros, utilizando certa imunidade que o prestígio da ciência lhes garante, souberam alargar o âmbito dos temas que deviam ser tratados em seus simpósios, dando o devido valor ao lado político social de seus trabalhos. Isto ficou evidenciado logo nos primeiros debates, quando o sociólogo Florestan Fernandes afirma que «a verdadeira ciência começa a partir do momento que se faz a seguinte pergunta: como enfrentar e destruir da maneira mais rápida possível essa atual ordem social?» «Nesse momento - concluiu - os dirigentes da economia dependem de uma tecnologia incorporada a uma ordem que gravita em torno do terror organizado e institucionalizado».

A verdadeira ciência começa a partir do momento em que se faz a seguinte pergunta: como enfrentar a destruir de maneira mais rápida possível, essa atual ordem social?»

(Florestan Fernandes)

Nessa mesma noite, a operação «arrastão», composta de 500 policiais com cães amestrados, saiu em batida por toda a cidade, intimidando ou prendendo todos os que se encontravam sem documentos e os que tinham em mãos jornais de escolas, manifestos ou moções que seriam apresentadas na Assembléia Geral da SBPC, documentos esses cuja posse arbitrariamente julgavam possível de prisão ou interrogatório.

No setor educacional, ficou delineada perfeitamente toda a política educacional, através das palavras de Maria Esther de Figueiredo Ferraz, membro do Conselho Federal de Educação: «deveria haver o pagamento de anuidade para o ensino público e abolição das taxas irrisórias e da tradição de gratuidade, pois o povo brasileiro tem tendência a receber as coisas essenciais de graça». «Deve-se conceder mais estímulos à rede de escolas particulares, não necessariamente em dinheiro, mas em assistência técnica, pois a melhoria do ensino depende de um ponto capital: aumento das fontes de recursos. O financiamento é o problema dos problemas da educação nos países emergentes em desenvolvimento».

Os estudantes presentes à Reunião concordaram com a tese sobre financiamento. Só não concordaram com a forma, seu destino. Ele deve ser de responsabilidade do governo e não do estudante, e canalizado para o aumen-

to da rede pública. Não para empréstimos reembolsáveis, com o pagamento depois de formado, que não passa de ensino pago com roupa nova. Esta conclusão transformou-se numa moção, que foi apresentada na assembléia geral da SBPC. Só um voto contra. Um cientista agradecia ao governo a introdução do crédito educativo, pois só assim seu irmão pode pagar a faculdade.

Foi dito a este que as pessoas estão esquecendo a responsabilidade do governo nos encargos da educação.

Quanto à política indigenista do governo, o general Ismarth, presidente da FUNAI, esclareceu a nova filosofia seguida pelo órgão governamental: «Agora, os índios irão dirigir e aplicar seus próprios projetos desenvolvimentistas, e a renda oriunda reverterá para a própria aldeia. Isto não acontecia anteriormente, quando a Tenda era entregue à FUNAI, que a distribuía entre as aldeias». O abismo entre a nova filosofia e a prática ficou evidenciado logo na apresentação dos trabalhos dos antropólogos da entidade. Neles não havia um mínimo de participação indígena. Isto ficou ainda mais evidente pelas próprias palavras do presidente da mesa, que demonstrou só ter contato com índios no museu que dirige no Rio de Janeiro. «A principal preocupação da FUNAI é tornar menos traumático o contato entre os índios e a civilização», declarou.

Quase ao final do debate, uma denúncia. O Ministério do Interior proibiu a participação de indígenas no simpósio, fato amplamente divulgado pela imprensa. Moreira Netto, presidente da mesma, irritado com o questionamento a respeito da notícia, tenta contestar sua veracidade. Ismarth explica: «os indígenas iriam discutir apenas os problemas específicos de suas aldeias, não estando portanto em condições de participar de um debate sobre política indigenista, que é o assunto proposto no simpósio». Pelo visto, o diretor do museu nem sequer ouviu falar das assembléias dos chefes indígenas. Vaias. Moreira Netto não cede a palavra ao auditório: Em sinal de protesto, todos se retiraram. Ficam apenas os conferencistas.

Outro que também não admitia diálogo era o SNI (Serviço Nacional de Informações), que além de colocar agentes fantasiados de estudantes no camping onde eles se alojavam, catalogou o nome de todos os que estavam acampados. Suspeitavam que ali existiam elementos que estavam subvertendo a ordem em Brasília. O que de fato acontecia, pois toda noite, após os debates no congresso, os estudantes faziam uma barulhenta roda de samba, e este regime é de silêncio.

Para a maioria dos 8 mil participantes da reunião, o assunto de maior prioridade foi, sem dúvida, o modelo econômico. Nos debates foram levantadas suas principais características: alta concentração de renda, forte repressão e abertura ao capital estrangeiro, tor-

nando o país vulnerável as mudanças do mercado internacional. Quanto a suas perspectivas, só pessimismo. Sentiu-se, então, a necessidade de transformar este modelo em outro que visasse os mais amplos setores da população. Um modelo em que o povo não pague, e caro, pelo bem-estar de poucos, como ficou evidenciado no simpósio sobre o Nordeste brasileiro, que devido a sua estrutura fundiária, é o que mais sofre essa anomalia do sistema. Uns recebem lucros astronômicos, enquanto a maioria vive em situação inaceitável. Assim, seria necessário eliminar todos os tipos de repressão que recomendam e praticam as multinacionais, tanto econômica (como os baixos salários) como política (pelo fechamento ou diminuição do poder de barganha dos sindicatos, por exemplo).

Era visível a

insatisfação da

comunidade científica

do país.

Era visível a insatisfação da comunidade científica do país. Surgem propostas de reformulação do modelo. Mas, lembrando as palavras de Chico de Oliveira, no painel de Perspectivas Econômicas do Brasil para a Próxima Década, «não adianta reformulações, no sentido de redistribuição da renda, de modelo econômico de desenvolvimento, se a classe social interessada na mudança não está presente no poder e não tem direito a voz».

Ao final do congresso, um saldo de três mil teses e a exigência de que o governo tome conhecimento das críticas e propostas levantadas, para que não fiquem - como imaginou um diário brasiliense - três mil teses paradas no ar.

Quanto à importância da SBPC, duas moções aprovadas na assembléia geral, que serão enviadas aos órgãos governamentais competentes, marcam por si sós a posição assumida pelos cientistas brasileiros na luta pelas liberdades democráticas. Uma - pela reintegração dos professores afastados pelo AI-5, pela extinção do AI-5 e 477, e de todas as leis de exceção, e pela anistia geral aos presos políticos. Outra - pela abertura das atas da 28ª Assembléia Anual da entidade com um trecho da peça «Galileu Galilei», de Brecht. Deve-se salientar, ainda, o fato de entre as muitas moções repudiando vários aspectos da política adotada pelo governo, as que propõem ao MEC a extinção dos cursos de Estudos Sociais e a revogação da Resolução 30.

«Em algumas partes do trecho de «Galileu Galilei», toda a tônica da 28ª reunião:

«A luta pela mensuração do céu foi ganha através da dúvida; e a credulidade da dona de casa romana fará com que ela perca sempre de novo a sua luta pelo leite. A ciência está ligada às duas lutas. Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a canseira da existência humana. E se os cientistas, intimidados pela prepotência dos poderosos, acharem que basta entoar saber por amor ao saber, a ciência pode ser transformada em aleijão, e as vossas máquinas serão aflições, nada mais».

Que tempo é este ?

Dia 4 de junho, realizou-se no prédio da História e Geografia (USP) um ato público pela anistia aos presos políticos, exilados e banidos, e pela libertação de Roberto João Mota, advogado, membro da OAB e ex-presidente do DCE de Santa Catarina, preso desde novembro do ano passado.

Vítima de torturas no DOI-CODI de Curitiba, nas dependências da 5a. Região Militar, Roberto João tentou pela primeira vez o suicídio, no quartel da Polícia Militar de Florianópolis.

Após o incidente, foi removido para o Manicômio Judiciário, por passar a apresentar perturbações mentais, em virtude dos maus tratos recebidos. Lá, atentou por mais duas vezes contra a vida.

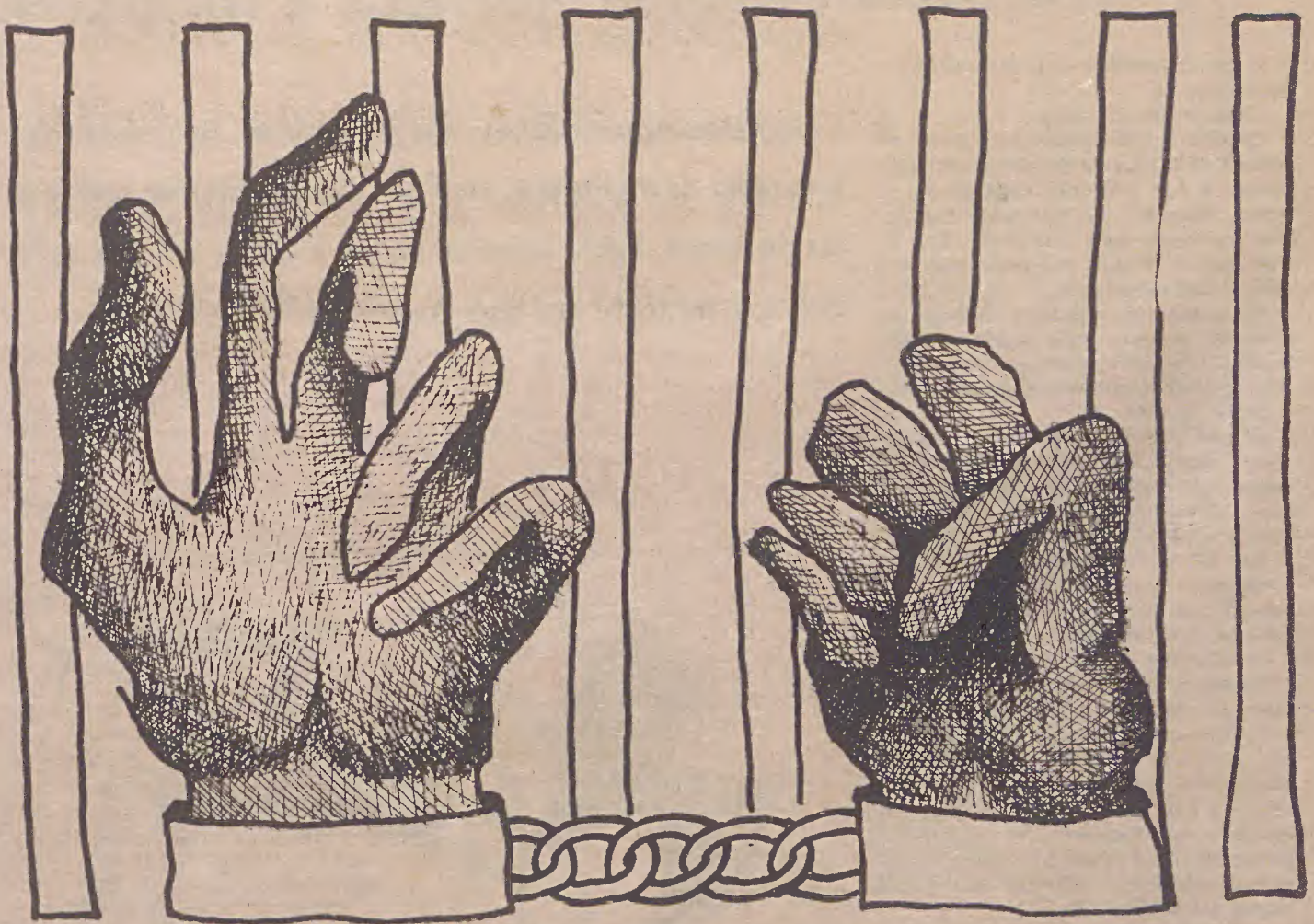
Atualmente está internado no Hospital S. José de Florianópolis e - fato inédito em toda a história das prisões políticas no Brasil - sua família está sendo obrigada a pagar as despesas não só de seu tratamento, como da escolta de policiais que o vigia. Conforme declaração de seu advogado, Idibal Almeida Pivetta, isto significa um gasto diário de Cr\$ 400,00, aproximadamente, Cr\$ 12.000,00 por mês!

PRISÕES ILEGAIS

Para reprimir os opositores do regime, foi criada uma legislação especial, expressa na Lei de Segurança Nacional e no AI-5. Contudo, atualmente existem várias pessoas em nosso país detidas sem que, mesmo dentro das leis de exceção, haja uma justificativa para sua prisão. Trata-se, portanto, de **prisões ilegais**.

Ivan Akselrud de Seixas, preso em 1971, quando contava apenas com 17 anos de idade, está preso até hoje, **sem julgamento**.

Também preso quando era menor, em 1971, com 16 anos, César Queirós



Benjamin continua até agora detido em situações irregular. Em todos os processos que sofreu, foi considerado inimputável juridicamente, não podendo ser condenado.

Outro caso é o de Walquíria Queirós Costa, condenada a um ano de reclusão, já tendo cumprido 6 meses quando foi julgada. Entretanto, está na prisão

há mais de 14 meses, sob a alegação de estar aguardando recurso da promotória, não importando o tempo que este venha a demorar.

PELA ANISTIA

Anistia. Para muitos, esta palavra pode significar perdão, misericórdia ou coisa parecida. Na verdade, possui um

significado bem mais amplo, faz parte da luta por uma sociedade livre e justa.

Lutar para que as idéias continuem vivas, mantendo vivas nossas manifestações para que num futuro não muito distante, fatos como estes se tornem apenas amargas recordações - eram vezes que se ouviam no Ato Público realizado na USP.



25º ANIVERSÁRIO DA CASA DA UNIVERSITÁRIA

Este mês, a Casa da Universitária de São Paulo comemora 25 anos de existência. Dos 25, os sete últimos foram marcados pela luta contra a tentativa de despejo por parte da Kobayashi Habitacional, proprietária do imóvel.

Dentro do processo de extinção das moradias estudantis, a Casa da Universitária, com sua luta, representa um elo que recusa se romper.

Em comemoração à data, como parte de sua resistência, as moradoras realizarão em agosto intensa programação cultural.

PROGRAMAÇÃO

Dia 7 (sábado) Waldir Walderlei, Heitor dos Prazeres e Paulo Gomes (música).

Dia 8 (domingo): Grupo de Teatro Cena Livre, com a peça «Cena de Trabalho»

Dia 13 (sexta): chorinho - 20 hs.

Dia 14 (sábado): «Farpália», música popular.

Dia 15 (domingo): debate - «A situação da mulher no Brasil», com Adélia

Borges (jornal «Movimento») e representantes dos jornais «Brasil Mulher» e «Nós, Mulheres».

Dia 20 (sexta): Grupo de Teatro da Geologia, com a peça «Contratando».

Dia 21 (sábado): Grupo Macuco, música popular.

Dia 22 (domingo) - Palestra de Celso Ferreti, sobre Educação.

Dia 28 (sábado) - Tarancón, música latino-americana; palestra de Marcos Faerman (Jornal «Versus») sobre a América Latina.

Dia 29 (domingo): palestra de Muriilo de Carvalho (jornal «Movimento») sobre Cultura.

Exposição de quadros e pinturas em telhas coloniais de João Blasques.

Exposição de fotos de Valdir Regueira.

Projeção de curta metragens.

Horário: 20 horas.

Sextas-feiras: Cadopô - R. Afonso Pena, 272.

Sábados e domingos: Cusp - Rua Artur Prado, 637.

Promoção:

Casa da Universitária
Casa do Politécnico.

Da Inconfidência Mineira à formação da UNE

O estudante deve estudar, afirma o governo.

E nós o que dizemos?

O universitário brasileiro é parte de uma ínfima parcela da população com acesso a um conjunto organizado de conhecimentos, que por mais distorcidos que sejam, apontam para o fato de que após 476 anos de descobrimento, 154 de independência, 87 de república e 12 de golpe de estado, a situação da maioria do nosso povo pouco ou nada mudou. Pobreza, doenças, sub-nutrição, analfabetismo, exploração: os problemas eternos.

E com os problemas, sua contrapartida: a repressão, instaurada para eliminar os descontentes, os que não concordam, aqueles que sustentam uma posição diferente da oficial.

Foi sob a repressão que todos nós formamos a consciência, nos anos pós-64, pós-68, escutando as mesmas posições oficiais. Sempre nos é exibida a mesma face da moeda.

Devemos, pois, desvendar a outra face por nossa conta (e risco).

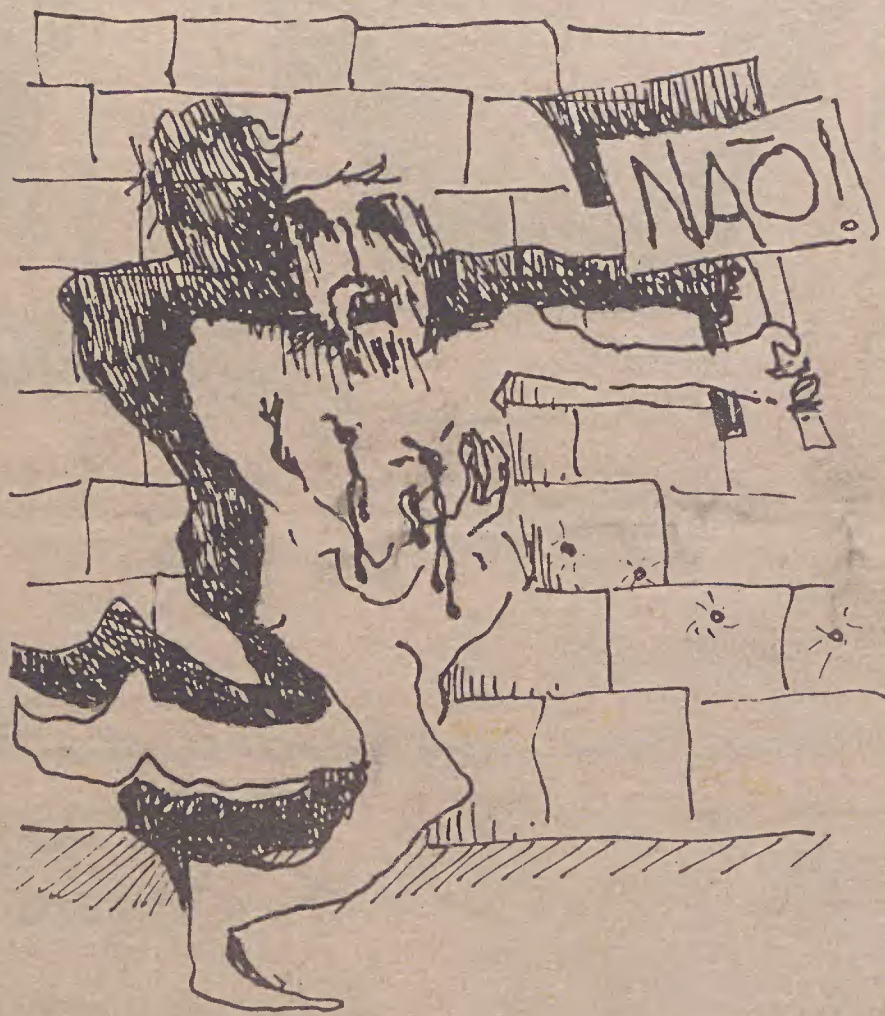
Nesta seção, em números anteriores do «Cobra de Vidro», abordamos a participação dos estudantes na campanha «O Petróleo É Nosso» e na luta contra o nazi-fascismo. Seu objetivo é trazer aos universitários informações que os ajudem a discutir seu papel frente à realidade.(1)

«O estudante brasileiro nasceu político. Necessitando de ir estudar na Metrópole, embora filho das classes possuidoras do Brasil - as únicas que podiam mandar seus descendentes fazer curso superior em Coimbra - bebia conhecimentos e idéias que lhe aguçavam o espírito de luta pela libertação da Pátria. E se tornava revolucionário.» (2)

A história do movimento estudantil é uma história de contestação. Em diferentes épocas de nossa história, podemos sempre encontrar a participação dos estudantes, como defensores de causas progressistas. Participando ativamente na Inconfidência Mineira, lutando pela abolição da escravatura e pela República, solidarizando-se com os camponeses de Canudos e com os operários em greve do Rio, marchando ao lado de amplos setores populares em campanhas como a de combate ao nazi-fascismo e da nacionalização do petróleo, lá estão sempre presentes os estudantes, com o ardor e o entusiasmo de sua juventude.

A primeira referência ao movimento estudantil no Brasil data de 1710, quando houve a tentativa de invasão francesa no Rio de Janeiro, comandada

«O estudante brasileiro nasceu político. Necessitando de ir estudar na Metrópole, embora filho das classes possuidoras do Brasil, bebia conhecimentos e idéias que lhe aguçavam o espírito de luta pela libertação da Pátria».



por Duclerc. Após o desembarque, os franceses encontraram a primeira reação organizada: um grupo de quatrocentos jovens que lograram encurralar os invasores no Trapiche da cidade, onde se entregam às autoridades do Reino.

Durante o período colonial, a partici-

pação dos estudantes na vida política vai se dar sobretudo ao nível ideológico: traziam da Europa, onde iam fazer seus estudos, as idéias revolucionárias

que vieram influenciar movimentos como a Inconfidência Mineira e a revolta pernambucana de 1817.

«Primavera de Sangue»

Em 1909, o país era agitado pela campanha civilista, que contava com o apoio dos estudantes cariocas, paulistas e baianos. No dia 22 de setembro, data do início da primavera, sai às ruas do Rio uma passeata estudantil em apoio à candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. A passeata é reprimida pela soldadesca da Brigada Policial.

Os estudantes vão pedir explicações ao comandante da Brigada, general Souza Aguiar, que se recusa a receber os jovens. Os estudantes, em sinal de protesto, organizaram um «enterro» do general, realizado pacificamente nas ruas centrais. «À frente ia um estudan-

te vestido de padre, seguido por um 'sacristão'. Ambos rezavam. Atrás vinha o caixão - um relés caixão de madeira, forrado de cetim negro - várias cruces e varapaus, sustentando velas de sebo. Sobre o caixão uma coroa de palha com os dizeres: 'Ao general Souza Aguiar, os estudantes'. Nas paredes laterais, em letras garrafais escritas a giz, anunciava-se: «Morreu o general Souza Aguiar, orai por ele.» (3)

Mas o «enterro» acabou mal. No trajeto, haviam se instalado soldados à paisana. Logo que o cortejo iniciou as últimas «orações», a repressão desencadeou. Armados de facas e cacetetes, os policiais investiram contra os estudan-

tes, com espantosa selvageria. Ao final, o resultado: dois estudantes mortos, além de dezenas de feridos.

A drástica represália consternou os grandes centros. Os jornais, a opinião pública urbana passaram a exigir a reponsabilidade pelo ato de barbarismo, severamente denunciado na Câmara e no Senado. Efetuou-se o recolhimento de donativos para a construção de um mausoléu para os estudantes assassinados, dezenas de missas foram encomendadas pelas escolas do Rio e milhares de pessoas compareceram ao enterro.

Um mês depois, 22 de outubro, as manifestações forçaram o governo a decretar feriado escolar, para que todos pudessem participar das missas realizadas.

O julgamento dos policiais tomou

Com a fundação das primeiras universidades brasileiras, os movimentos tornam-se mais sistematizados, surgindo, então, a imprensa estudantil, de feição nitidamente política, que se engaja na luta contra o absolutismo de D. Pedro I. Após a abdicação do primeiro-imperador, o movimento estudantil afasta-se, momentaneamente, de seus aspectos políticos e sociais, engajando-se na corrente romântica da literatura, cujo centro é a Faculdade de Direito de S. Paulo. Este desvinculamento é rompido pelos estudantes baianos, que constituem uma associação destinada a libertar escravos, iniciando um movimento que iria se propagar por todo o país. Juntamente com a campanha abolicionista, desenvolve-se a campanha republicana, que contou com intensa participação estudantil.

Fundada a República, o movimento estudantil refluí uma vez mais, sem objetivos próprios, sem finalidades estratégicas a longo prazo. Artur José Poerner, em «O Poder Jovem», oferece uma explicação para essa apatia nas reivindicações estudantis: «os conhecimentos econômicos e financeiros não se achavam difundidos a ponto de permitir aos nossos estudantes um balanço da situação real do país...»

O subdesenvolvimento já existia, mas só seria conceituado como tal muitas décadas depois». Na República Velha, as lutas continuavam, eclodindo, esparsas, aqui e ali: manifestações contra o massacre de Canudos, na Bahia; apoio dos estudantes militares, no Rio ao governo Floriano Peixoto, que enfrentava tentativas de restauração monárquica; participação na campanha civilista de Rui Barbosa (ver, abaixo, «Primavera de Sangue»).

Esta foi uma característica que marcou todo o movimento estudantil anterior à fundação da UNE (União Nacional dos Estudantes): as lutas eram transitórias, surgiam a partir de problemas específicos, dissolvendo-se logo depois. As únicas organizações com vida própria e regular eram os centros acadêmicos, além de entidades como sociedades científicas e literárias, e também setores jovens de grupos políticos - Juventude Comunista e Juventude Integralista. Além disso, as mobilizações sempre eram restritas geograficamente, isoladas em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador.

Esta questão somente seria solucionada em 1937, quando da realização do 1º Congresso Nacional de Estudantes, no qual é fundada a UNE.

formas de uma agitação até então desconhecida: manifestações populares, piquetes de cavalaria, tiros contra o povo. Foi a maior confusão.

Ao final do julgamento, foram condenados apenas os executores - soldados, cabos e sargentos -, variando as penas de 10 a 30 anos de prisão. Nenhum oficial de patente superior sofreu sanções, nem o tenente Luís Wanderley que, no momento dos crimes, comandava a guarnição. Julgado culpado num primeiro júri, foi absolvido pelo segundo.

(1) A maior parte dos dados deste artigo foram obtidos no livro «O Poder Jovem», de Arthur José Poerner. Utilizamos também o resumo feito pelo jornal «Ensaio», dos alunos da Escola de Comunicações e Artes (USP).

(2) «Brasil, Século XX», de Rui Fa -ô.

(3) «A Vida de Lima Barreto», de Francisco Assis Barbosa.